

A FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES INCLUSIVAS: o exemplo de Medellín na Colômbia.

Por Luiza de Lira Costa




FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Recife
2021

A FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES INCLUSIVAS: o exemplo de Medellín na Colômbia.

Por Luiza de Lira Costa



Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Profa. Dra. Ana Maria Filgueira Ramalho.

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Recife
2021

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

C837f Costa, Luiz de Lira.
A função social do arquiteto na construção de cidades inclusivas:
o exemplo de Medellín na Colômbia / Luiza de Lira Costa. - Recife,
2021.

93 f. : il. color.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Filgueira Ramalho.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Arquitetura e
Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Direito à cidade. 2. Função social do arquiteto. 3. Cidades
inclusivas. 4. Medellín. I. Ramalho, Ana Maria Filgueira. II. Faculdade
Damas da Instrução Cristã. III. Título.

72 CDU (22. ed.)

FADIC (2021.2-040)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LUIZA DE LIRA COSTA

A FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES INCLUSIVAS:
o exemplo de Medellín na Colômbia.

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob orientação da Profa. Dra. Ana Maria Filgueira Ramalho

Aprovada em 17 de dezembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ana Maria Filgueira Ramalho
Orientadora /Faculdade Damas (FADIC)

Prof. Pedro Henrique Cabral Valadares
Primeiro examinador/Faculdade Damas (FADIC)

Prof. Roberto Montezuma Carneiro da Cunha
Segundo examinador/ Departamento de Arquitetura e
Urbanismo (UFPE)



Para Alice, Dapaz e Luiz.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus professores da vida toda, por terem me ajudado a trilhar esse caminho até aqui. Sem a dedicação deles eu nunca teria me apegado desse jeito ao gosto pelo conhecimento. Em especial: à minha orientadora Ana Ramalho, que já no 2º período do curso plantou as sementinhas do urbanismo e da Função Social do Arquiteto no meu coração; e à querida Winnie Fellows, que se dedicou carinhosamente para auxiliar em cada etapa deste trabalho, doando seu conhecimento e seu tempo com toda generosidade.

A Alejandro Restrepo, Jorge Melguizo, Murilo Cavalcanti e Roberto Montezuma, por terem compartilhado comigo suas experiências sobre Medellín e em Medellín, sendo fundamentais para a realização desse trabalho.

Às minhas colegas de turma: Carol, Catarina, Maria Eugênia, Mariana, Midian e Rayra, por terem vivenciado os desafios do dia-a-dia junto comigo.

Gostaria de agradecer ainda aos meus familiares: meus pais, Dapaz e Luiz, pelo apoio incondicional em todo e qualquer projeto que decido fazer; e aos meus irmãos: Caio, Breno, Rui e Bruno, que de suas formas singulares, me ajudaram nessa empreitada. A fé deles em mim me faz acreditar que tudo é possível.

À minha filha, Alice, que sem saber, elevou minha necessidade de crescimento pessoal a níveis inimagináveis, e me fez perceber a importância de ser exemplo para que ela possa lutar suas próprias batalhas quando seu momento chegar.

A Daniel, pelo companheirismo na vida, por ser um porto seguro, e por todas as trocas e discussões sobre a realização do trabalho como um todo.

A todos os meus amigos saudosos, por terem compreendido minhas ausências em tantos momentos dos quais não pude participar. Em especial, agradeço a: Luciana, por ser tão generosa com a sua disponibilidade em me ajudar nos piores momentos; e Renata, que me pegou pela mão na reta final.

Por fim, agradeço à Vida, por ter me proporcionado a oportunidade de fazer uma segunda graduação em busca tão somente da realização de um sonho. Nem todos têm essa chance, e por isso, sou muito grata.

"O arquiteto não precisa desenhar. Ele pode escrever."

– Lina Bo Bardi



RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a experiência da cidade de Medellín no sentido de compreender a relação entre a Função Social do Arquiteto e a construção de Cidades Inclusivas. Ela tem como pergunta norteadora: qual a importância da Função Social do Arquiteto na construção de uma cidade para que ela possa ser considerada uma Cidade Inclusiva? Tem-se como hipótese que a Função Social do Arquiteto é fundamental para possibilitar a construção de Cidades Inclusivas, já que tal função capacita o arquiteto a ter um olhar mais atento às questões sociais urbanas e servir de articulador entre os diversos fatores e atores envolvidos, como: a problemática urbana, as necessidades das cidades, a vontade política, a gestão pública e a sociedade civil, entre outros. Como aporte teórico para os conceitos-chave nessa discussão foram utilizados: Lefebvre (2015) e Harvey (2014) sobre o direito à cidade; a classificação da ONU (2016) em relação ao conceito de Cidade Inclusiva; e a definição de Artigas (2004) sobre o conceito de Função Social do Arquiteto. O método de abordagem usado nesta pesquisa foi o método hipotético dedutivo, a qual teve como método de procedimento, o estudo de caso. Como técnicas de

pesquisa, foram utilizadas: a pesquisa bibliográfica; e entrevistas semiestruturadas em modo remoto com dois arquitetos e um administrador público, além da análise de uma entrevista já publicada com outro arquiteto, todos de referência nos principais temas abordados no presente estudo e conhecedores em graus diversos das mudanças ocorridas na cidade. Concluir essa pesquisa permitiu a confirmação da hipótese adotada, com ênfase para o papel do arquiteto como articulador entre os fatores citados. Foi importante perceber que somente com a junção destes fatores é que se pode pensar em construir Cidades Inclusivas, de forma que, para pensar e construir o urbano no dia-a-dia, é preciso engajar o arquiteto em sua função social.

Palavras-chave: direito à cidade; função social do arquiteto; cidades inclusivas; Medellín.

ABSTRACT

This research aims to analyze the experience of the city of Medellín in order to understand the relationship between the social function of the architect and the construction of Inclusive cities. Its guiding question is: what is the importance of the Architect's Social Function in building a city so that it can be considered an Inclusive City? It is hypothesized that the Social Function of the Architect is fundamental to enable the construction of Inclusive Cities, as this function enables the architect to take a closer look at urban social issues and serve as an articulator between the various factors and actors involved, such as: urban issues, the needs of cities, political will, public management and civil society, among others. As theoretical support for the key concepts in this discussion, the following were used: Lefebvre (2015) and Harvey (2014) on the right to the city; the UN classification (2016) in relation to the concept of Inclusive City; and the definition of Artigas (2004) on the concept of the Social Function of the Architect. The approach method used in this research was the deductive hypothetical method, which had the case study as a procedure method. As research techniques, the following were used: bibliographic research; and semi-structured remote interviews with

two architects and a public administrator, in addition to the analysis of an interview already published with another architect, all of whom are of reference in the main themes addressed in this study and are knowledgeable in different degrees of the changes that have taken place in the city. Completing this research allowed confirmation of the adopted hypothesis, with emphasis on the role of the architect as an articulator among the factors mentioned. It was important to realize that it is only possible to think about building Inclusive Cities with the combination of those factors, which, in order to think and build the urban on a daily basis, must engage the architect in his social role.

Keywords: right to the city; social role of the architect; inclusive cities; Medellín.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos e Paisagistas;
- CEAU – Colégio de Entidades de Arquitetura e Urbanismo;
- Compaz – Centro Comunitário da Paz;
- EVC – Encuesta de Calidad de Vida (Pesquisa de Qualidade de Vida);
- HABITAT III – Conferência Mundial para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável;
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano;
- ONU – Organização das Nações Unidas;
- PIB – Produto Interno Bruto;
- POT – Plano de Ordenamento Territorial;
- UVA – Unidade de Vida Articulada;
- UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

INTRODUÇÃO

10

1	A PROBLEMÁTICA URBANA	14-22
	1.1. A urbanização nas cidades da América Latina	14
	1.2. O direito à cidade	

2	A FUNÇÃO SOCIAL DOS ARQUITETOS E AS CIDADÊS INCLUSIVAS	24-35
	2.1. A Função Social do Arquiteto: inter-relação entre política e arquitetura	
	2.2. Cidades Inclusivas - desenvolvimento urbano inclusivo	

3	A EXPERIÊNCIA DA CIDADE DE MEDELLÍN	37-60
	3.1. Contextualizando a cidade	
	3.2. O chamado Urbanismo Social	
	3.3. Intervenções urbanas inclusivas	
	3.3.1. Mobilidade	
	3.3.2. Educação de qualidade	
	3.3.3. Convivência e cidadania	
	3.3.4. Participação cidadã	

4	A FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO EM MEDELLÍN	62-77
	4.1. Medellín, uma Cidade Inclusiva	
	4.2. A contribuição dos arquitetos	

5	CONCLUSÕES	79-82
	REFERÊNCIAS	83-87
	APÊNDICES	88-93
	APÊNDICE A	
	APÊNDICE B	

Vivemos um período em que a sociedade está sofrendo as consequências da superpopulação nas grandes cidades, as quais não conseguem dar conta do crescimento populacional gerado inicialmente pelos processos de industrialização e do êxodo rural. A busca por melhores condições de vida e novas oportunidades levou muitas pessoas a abandonarem suas vidas no campo e procurar nas cidades novas possibilidades de subsistência. Entretanto, justamente por ter se tratado de um fenômeno muito intenso, ele foi modificador da própria qualidade de vida nas cidades, uma vez que estas não conseguiram ampliar sua infraestrutura a ponto de absorver esse novo excedente populacional. A partir disso, a realidade da vida urbana passou a ser cada vez mais desigual, segregada, violenta e precária para os seus habitantes. Assim, é de suma importância, para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, tentar perceber quais fatores influenciam e como estes se relacionam para que se possa buscar soluções efetivas e intervenções que impactem positivamente a vida urbana.

Nesse contexto, o interesse em estudar Medellín surgiu a partir de uma viagem feita à Colômbia, na qual foi possível ver de perto muitas das intervenções urbanas pelas quais a cidade passou.



INTRODUÇÃO

Os fenômenos da desigualdade social e segregação espacial nas cidades são globais, e poder pesquisar soluções para esses problemas a partir de um exemplo como o de Medellín, em que indicadores de qualidade de vida e violência urbana obtiveram melhorias objetivas, torna-se imprescindível.

A pergunta que se coloca é: qual a importância da Função Social do Arquiteto na construção de uma cidade para que ela possa ser considerada uma Cidade Inclusiva? E a nossa hipótese é a de que a Função Social do Arquiteto é fundamental para possibilitar a construção de Cidades Inclusivas, já que tal função capacita o arquiteto a ter um olhar mais atento às questões sociais urbanas e servir de articulador entre os diversos fatores e atores envolvidos, como: a problemática urbana, as necessidades das cidades, a vontade política, a gestão pública e a sociedade civil, entre outros.

Dessa forma, o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a relação entre a Função Social do Arquiteto e a construção de Cidades Inclusivas. Possuindo como objetivos específicos: pesquisar e discutir os conceitos de direito à cidade, da Função Social do Arquiteto e de Cidades Inclusivas; contextualizar as transformações ocorridas na cidade de Medellín, explicitando se e

como ela se tornou um modelo de Cidade Inclusiva; analisar a contextualização política e social de Medellín e a sua contribuição para possibilitar a Função Social do Arquiteto; identificar a participação dos arquitetos e urbanistas no desenvolvimento de Medellín durante a sua transformação sócio-espacial – nas duas primeiras décadas do século XXI; e analisar a importância da Função Social do Arquiteto para a transformação vivida pela cidade de Medellín.

O método de abordagem utilizado nesta pesquisa foi o método hipotético dedutivo, e como método de procedimento, o estudo de caso. Como técnicas de pesquisa, foram utilizadas: a pesquisa bibliográfica (autores citados, trabalhos acadêmicos, sítios eletrônicos informativos); e a realização de entrevistas com dois arquitetos (um brasileiro e um colombiano), com um administrador público, além da análise de entrevista já publicada de outro arquiteto colombiano, todos de referência nos principais temas abordados no presente estudo.

Estruturada em cinco capítulos, a pesquisa iniciou focando no processo de urbanização das cidades na América Latina, através dos pensamentos de Romero (2001) e em seguida foi discutido o conceito de direito à cidade a partir das ideias de

Lefebvre (2015) e Harvey (2014). No segundo capítulo, partiu-se para a definição dos conceitos de Função Social do Arquiteto, trabalhado principalmente por Artigas (2004), e sua inter-relação com a política; e também o conceito de Cidades Inclusivas, definido pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2016). No terceiro capítulo, contextualizamos a cidade de Medellín, trazendo seus dados gerais e as intervenções que sofreu ao longo do período estudado. No capítulo 4, analisamos as entrevistas realizadas e o entrelaçamento dos conceitos trabalhados no segundo capítulo à luz da experiência vivida na cidade de Medellín, na tentativa de pinçar qual a importância da Função Social do Arquiteto na transformação vivida por ela, para que passasse de uma das cidades mais violenta do mundo no final do século XX, para “cidade mais inovadora do mundo”¹ já no início do século XXI. No quinto e último capítulo, correspondente à conclusão do trabalho, pudemos associar os dados colhidos durante a pesquisa com a discussão teórica realizada, apresentando por fim uma reflexão sobre os resultados obtidos.

¹ Em 2013, a cidade foi eleita a mais inovadora do mundo pelo concurso City Of The Year (Cidade do Ano [tradução nossa]), realizado pelo Wall Street Journal em parceria com o Citigroup.

“Por favor, observe com cuidado as cidades reais. Enquanto você está olhando, pode ouvir, demorar-se e pensar no que está vendo.”

– Jane Jacobs

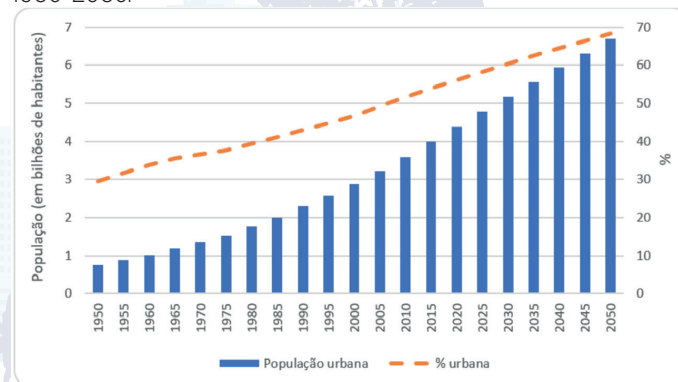


Para dar início ao presente trabalho, é necessário trazer o que acreditamos terem sido os principais problemas que se colocaram para a urbanização em geral, mas especificamente para as cidades latino-americanas. A partir dessa discussão, abordaremos a questão do direito à cidade como um contraponto e reação aos problemas postos.

1.1. A urbanização nas cidades da América Latina

A cidade é a pedra fundamental do presente trabalho. É nela que a vida humana atual se organiza, já que desde 2008, segundo dados ONU (2018), a população urbana mundial começou a ultrapassar a população rural (Figura 1).

Figura 1 – População urbana absoluta e relativa no mundo: 1950-2050.



Fonte: World Urbanization Prospects: The 2018 Revision

É também da cidade que partem tantos outros estudos e investigações infindáveis no sentido de melhor compreendê-la, seja por mero desejo de saber, seja para transformá-la. As formas com que essas transformações urbanísticas ocorrem e quais são os seus objetivos finais, representam grande parte do nosso interesse. Assim, tomando o urbanismo como a ciência por excelência que estuda os fenômenos urbanos, precisamos, antes de tudo, atentar para o fato de que se trata de um saber recente, oriundo dos problemas urbanos vivenciados no início do século XX.

De acordo com Topalov (1996, p.23), foram os reformadores de moradia e primeiros urbanistas que tiveram que enfrentar a realidade das grandes metrópoles do mundo industrial: "Mudar a cidade para mudar a sociedade e, particularmente, o povo, essa era a sua visão estratégica". Da mesma maneira, trataremos o urbanismo como esse possível campo de transformação social tal qual nos fala o autor, e buscaremos ancoragem ainda em outros teóricos que se baseiam nessa linha de pensamento, mais precisamente quando abordarmos o Urbanismo Social, no capítulo 3. Isto posto, voltemos ao principal problema enfrentado pelos primeiros urbanistas ao redor do

mundo, a saber: a urbanização desenfreada resultante do processo de industrialização e do êxodo rural produziu um tipo de cidade sem infraestrutura adequada para oferecer qualidade de vida a tantas pessoas. Sobretudo porque esse processo de industrialização se deu a partir da exploração da classe operária como força de trabalho, deixando-a socioeconomicamente alijada e urbanamente segregada (MUMFORD, 1998; HALL, 2016).

Se é verdade que o exagerado crescimento urbano afetou todas as grandes cidades do mundo, é preciso focar um pouco mais nas particularidades das cidades da América Latina para que possamos nos aproximar do nosso objeto de estudo: a cidade de Medellín.

As cidades latino-americanas foram fundadas sobre a mentalidade do nada (ROMERO, 2001). Nada, pois os povos locais e sua cultura foram negligenciados pelos invasores, como se não houvesse coisa alguma a ser considerada. Isso talvez porque os primeiros povoados e aldeias indígenas encontrados pareciam ter um menor desenvolvimento técnico e social, simplesmente por serem diferentes, propiciando ao invasor a

narrativa de que careciam de humanidade. Mas ainda depois, ao encontrarem civilizações claramente mais desenvolvidas sob seus próprios parâmetros, como Tenochtitlán – grande cidade asteca que se encontrava na mesoamérica, onde hoje é a Cidade do México – os mesmos invasores seguiram mantendo essa lógica destrutiva, tomando as cidades e impondo sua cultura e religião.

O projeto final seria expandir territórios com as conquistas das novas terras do recém-descoberto continente americano pelos europeus, transformando-o numa extensão do próprio continente europeu. Assim, imigrantes dos países invasores foram trazidos para povoar as novas conquistas, juntamente com as suas formas de viver e habitar.

É claro que formar uma nova Europa tal qual a original não seria possível. Não se pode transplantar pessoas de um lugar para o outro e esperar que o resultado seja o mesmo que uma formação natural de um aglomerado humano que vai se ajuntando, seja pelo motivo que for. Isso sem contar com o fato de que as pessoas que vinham para as américas tinham características peculiares,

fosse por fugir de problemas legais na terra natal, buscar novas oportunidades, ou mesmo para representar os colonizadores assumindo lugar na aristocracia colonial.

Foi nesse contexto, de subjugar os povos nativos e sua cultura, impondo a todos sem restrição uma nova religião – o cristianismo – que nasceram as novas cidades da América Latina, com tudo o que tal conjuntura pudesse vir a acarretar. Entretanto, não estamos com isso indicando que só houve problemas urbanos nestas cidades, mas explicitando que os problemas vivenciados por estas tiveram suas próprias especificidades.

Como já havíamos dito no início do capítulo, dois fatores podem ser apontados como principais causas dos grandes problemas enfrentados nas cidades: o êxodo rural e a industrialização. A última, mesmo que ainda incipiente em várias das cidades latino-americanas no período final do século XIX, ainda foi capaz de atrair trabalhadores interessados em melhores condições de vida.

A crise econômica desencadeada nos anos de 1930, com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, ocasionou uma necessidade de rearranjo

nas cidades produtoras de matéria prima, posto estabelecido historicamente à América Latina, desde o início, pela colonização. Foi preciso buscar o mercado interno e criar uma rede de comércio local para minorar a questão, o que não impediu a instalação de uma série de problemas urbanos.

O fato é que as cidades seguiram crescendo apesar de tudo, com ou sem crise. E esse

crescimento populacional exagerado ocasionou grandes dificuldades de infraestrutura nas cidades, as quais recebiam mais pessoas do que conseguiam ampliar sua capacidade habitacional ou de oferta de empregos.

Na América Latina, de acordo com Romero (2001):

Em 1900, apenas cerca de 10 cidades superavam o limite de 100.000 habitantes, mas em 1940, 4 cidades – Buenos Aires, Cidade do México, Rio de Janeiro e São Paulo – já superavam a marca de 1 milhão, alcançando a primeira 2,5 milhões de habitantes, sendo, assim, umas das maiores cidades do mundo. [...] A mais de 1 milhão chegou também, desde 1970, a população das cidades colombianas do Vale de Cauca, Cali e Medellín, ambas constituídas em centros comerciais e industriais de zonas muito ricas, mas cuja população rural optou pela emigração: mais de 400.000 camponeses chegaram a Medellín entre 1938 e 1968 para instalar-se nos “bairros piratas”² da cidade. (ROMERO, 2001, p. 327-329, tradução nossa).

Assim, a partir de certo ponto – quando as cidades não eram mais capazes de receber o excedente populacional – os migrantes que estavam fazendo o caminho até o centro urbano com a esperança de melhoria de qualidade de vida, acabavam encontrando cidades deterioradas e que não podiam recebê-los. Restava a eles se submeterem a moradias insalubres, na tentativa de aos poucos melhorar suas condições sociais, ou simplesmente tentar sobreviver diante de tal cenário posto. Voltar aos lugares de origem não chegava a ser uma opção, uma vez que a crise econômica já havia sido

o motivo para a partida.

Esse novo excedente populacional, instalado de qualquer forma em quartinhos, em cortiços, sem condições de higiene adequada, foi pouco a pouco se juntando em núcleos informais da cidade, ao mesmo tempo fazendo parte dela e sendo negligenciados por ela. Em decorrência disso, Romero (2001) nos fala da criação de cidades cindidas.

Para o autor, a chegada de grande quantidade de

² Denominação dada aos lugares sem infraestrutura adequada, lotes ocupados sem a legalização da propriedade, e desprovidos de políticas públicas ou assistenciais voltadas para minorar tal condição.

migrantes foi uma das causas para que a divisão das cidades ficasse marcada a longo prazo, trazendo uma mudança não apenas quantitativa, mas qualitativa também. Isso porque a sociedade, antes compactada e normatizada com o paulatino desenvolvimento de sua história, foi colocada diante de uma nova população de forma abrupta e sem preparação. Essas duas realidades teriam que sofrer um longo processo de interpenetração conflituosa, sem prazo previsto para que deixassem de ser apenas dois grupos distintos de pessoas que habitam juntos num mesmo espaço.

De um lado, a cidade normatizada existente, com seu próprio funcionamento e organização formal; do outro, o contingente migrante que crescia às margens das normas instituídas para todos, fossem estas civis ou urbanas. Isso tudo sem ter sequer uma vinculação estabelecida entre si, a não ser o fato de serem novos habitantes e estarem isolados no mesmo lugar. Grande parte dessa nova população urbana acabou servindo como força de trabalho – muitas vezes informal, já que estavam em condição de marginalidade – o que foi se consolidando ao longo do tempo.

Dessa forma, o inchaço populacional não passou despercebido para os moradores mais antigos das

cidades, que se queixavam da perda de tranquilidade e do caos social que começou a se instalar quando da chegada dos migrantes. Entretanto, ninguém mais estava disposto a abdicar de morar nelas. Nesse ponto, e apesar dos problemas, as grandes cidades já tinham passado a representar também a ideia de progresso e de desenvolvimento social, oferecendo produtos e serviços que o campo ou os pequenos povoados não eram capazes de disponibilizar. A vida urbana em si já era um atrativo para uma grande parcela de pessoas que queriam fazer parte do que a cidade tinha a oferecer.

A busca pelo direito de vivenciar a cidade, não apenas em termos de infraestrutura, serviços e lazer, mas principalmente de cidadania, é o que nos leva ao próximo tópico e deve ser desenvolvido melhor para compreensão do presente trabalho.

1.2. O direito à cidade

Questões relacionadas ao direito à cidade vêm sendo discutidas ao longo da história permeadas pelos contextos temporais e específicos de cada lugar. Entretanto, se o próprio urbanismo em si é uma ciência recente, as discussões sobre o direito à cidade são ainda mais atuais e nos interessam

sobremaneira, uma vez que estão intimamente relacionadas a um tipo específico de desenvolvimento urbano democrático.

A discussão trazida por Lefebvre já em 1967, no seu texto intitulado *Le droit à la ville*³, parte de um ponto de vista da sociologia da cidade e vai abordar a questão através de uma análise profunda a respeito de seu objeto e das formas possíveis de estudá-lo. Ele sugere que como objeto de estudo e mesmo para os estudiosos mais comprometidos “a cidade está morta” (LEFEBVRE, 2015, p. 106). Com isso, aponta que é impossível apreendê-la como algo acabado e passível de qualquer análise completa e objetiva. Afinal, a cidade que foi, já não existe mais, assim como a que virá ainda não está pronta, nem nunca estará. Trata-se, pois, de um objeto virtual, situado entre o passado, presente e futuro.

Tendo em vista esse aspecto dinâmico do urbano, o autor traz à tona uma crítica bastante pertinente a um modo de pensar o planejamento das cidades, por arquitetos e urbanistas, de dentro de seus escritórios. Com isso ele afirma que grande parte do urbanismo até então vinha sendo feito de acordo com o que pensam os arquitetos e

urbanistas a respeito da ação de habitar de outrem. Seria uma construção discursiva e virtual sobre o habitar, comprometida pelo fato de que arquitetos e urbanistas compõem um corpo social que tende a ampará-los, fechando tal discurso sobre si mesmo, sem haver espaço para críticas.

Além disso, parte da preocupação lefebvriana se relaciona à posição de alienação em que se encontra a maioria das pessoas que habitam as cidades. Logo, aqueles que deveriam ser atores desse habitar, acabam estando submetidos às formas de viver e morar que são alheias à sua vontade. Aliás, a dificuldade parece estar ainda numa posição anterior a isso: muitas pessoas sequer têm consciência das forças que estão por trás da construção e das transformações das cidades. E isso, sem dúvida, é uma questão importante. Afinal, não há como reivindicar um direito a um objeto desconhecido.

Assim, fica clara a divisão das cidades em pelo menos dois grandes grupos distintos de poder: os que têm recursos econômicos/financeiros e ditam os caminhos a serem traçados; e os que estão à margem das decisões. Para Lefebvre (2015), essa população marginalizada é a única capaz de

³ O direito à cidade

realmente transformar a cidade, uma vez que é detentora da vida que nela se organiza. Qualquer outro tipo de determinação ou decisão de outra ordem será alienada/alienante em relação ao urbanismo dela resultante.

Esse direito [...] era ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência. A queixa era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana da cidade. A exigência era, na verdade, **uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida**, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível (HARVEY, 2014, p. 11, grifo nosso).

Harvey (2014) reforça essa perspectiva, trazendo ao foco o fato de que essa ideia de direito à cidade não foi produto de academicismo ou discurso construído por intelectuais, mas basicamente veio dos bairros pobres e do desespero de pessoas oprimidas com suas condições de extrema miséria e escassez de direitos. Para ele, crítico contumaz do sistema capitalista, assim como também para Lefebvre, a única força capaz de realizar uma verdadeira revolução urbana, com a possibilidade de reverter a lógica capitalista – que depende de uma massa de pessoas exploradas para gerar lucro para poucos – é a comunhão dessa população excluída em torno desse mesmo objetivo.

Contemporaneamente, enriquecendo esse debate sobre o direito à cidade, destacam-se as ideias do geógrafo norte-americano David Harvey. Em seu livro *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana* (2014), ele aborda a visão lefebvriana afirmando:

Somos da opinião de que o capitalismo, em todas as suas formas, tem sido como uma doença incurável que se espalha nas cidades e nas vidas das pessoas, condenando várias delas à alienação, à miséria e certamente também à morte. A falácia da meritocracia e da livre concorrência retira a responsabilidade da intermediação estatal, colocando-a sobre as pessoas, ainda mais em países pobres, como os da América Latina.

A esse capitalismo selvagem, no qual o lucro está acima de tudo, inclusive da vida humana, é impossível resistir sem o intermédio de uma organização maior que detenha algum poder de decisão – seja ela o Estado ou a sociedade civil

organizada pela revolução, como nos apontaram Lefebvre e Harvey; ou, minimamente, em torno de uma agenda que represente mais legitimamente os seus desejos de uma sociedade mais justa.

Outro ponto importante trazido por Harvey (2014) é a íntima relação existente entre o capitalismo e as transformações urbanas. Em linhas gerais, pode-se afirmar que o problema da necessidade do reinvestimento do capital relativo ao excedente de produção foi, desde o início do urbanismo, solucionado através da invenção da necessidade de grandes obras urbanas.

Assim, novos modelos de viver e habitar as cidades foram sendo construídos e vendidos como necessidade, como por exemplo, o alargamento de vias e a suburbanização da classe média. Os custos sociais e as perdas relativas ao patrimônio histórico associados a tais mudanças são imensuráveis. Podemos citar, respectivamente, o agravamento da cisão entre ricos e pobres, e a destruição dos centros de grandes cidades, como

já abordado no item 11.

Dessa maneira, Harvey (2014) traz à discussão o aspecto nodal que o urbanismo tem representado dentro do sistema capitalista. Aponta que ele tem sido usado para beneficiar apenas os capitalistas através da mercantilização do espaço urbano: as áreas centrais ficam cada vez mais caras e expulsam a população mais pobre para a periferia. Essa região periférica, entretanto, não é estática. Vai cada dia mais sendo ampliada, e o que era periférico passa a ser central e mais uma vez o solo é requisitado por quem detém poder econômico, criando um processo de gentrificação infinito.

No entanto, outro aspecto importante aparece nessa relação entre urbanismo e as mudanças sofridas nas cidades, apesar de não ser tão obviamente dedutível como o anterior, a saber: se o urbanismo tem sido usado como essa ferramenta capaz de operar tantas transformações nas cidades, é preciso direcionar essa ferramenta para o sentido certo. Harvey (2014) nos diz:

Somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que uma delas é o direito inalienável de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha a fazer sentido (HARVEY, 2014, p. 21).

O autor indica ainda o caminho da revolução como única forma de inclusão política dessa grande massa da população marginalizada nas decisões sobre as cidades. Cidades estas que não representam apenas os lugares em que vivem, mas das quais são, acima de tudo, seus produtores diretos.

Por fim, o fato de que a revolução tem sido ainda uma impossibilidade histórica, não implica que não devêssemos trazer à tona a pauta das questões sociais, tal como levantadas pelo autor, como crítica ao capitalismo a ser pensada de dentro do próprio sistema. Foi Harvey (2019) mesmo que chegou a avaliar o caso da Porto Alegre do Fórum Social Mundial como um sucesso, colocando-a como uma forma alternativa de como o corpo político deve ser reconstituído em torno de práticas democráticas. Apesar de não ser revolucionário, indica como o sentido social democrático juntamente com a mobilização popular podem acabar fazendo a diferença para a transformação social de cidades.

Assim, acreditamos que o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e mais inclusiva é urgente e inadiável, e temos exemplos de respostas

positivas não revolucionárias em várias partes do mundo. Nosso objeto empírico de estudo, Medellín, parece ser um desses casos, o que será abordado melhor no capítulo 3.

“Como fazer para transformar todo o lixo do sistema atual a nosso favor? Um rei Midas democrático: tentar encontrar um conceito através do qual o inútil passe a ter algum valor, onde inclusive o sublime é possível.”

– Rem Koolhaas



As grandes desigualdades socioeconômicas vivenciadas nos espaços urbanos precisariam ser superadas e novos caminhos apontados para oportunizar experiências mais saudáveis de cidades. É nesse ponto específico que precisamos discutir a Função Social do Arquiteto como ferramenta técnica articuladora dos diversos fatores envolvidos na construção de Cidades Inclusivas. Os dois conceitos serão desenvolvidos neste capítulo.

2.1. A Função Social do Arquiteto: inter-relação entre política e arquitetura

Diante do que foi discutido a respeito do direito à cidade no capítulo anterior, é importante apontar que tal direito consta também como diretriz da Nova Agenda Urbana de acordo com a ONU (2016), durante a realização da Conferência Mundial para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (HABITAT III).

A partir disso, pode-se pensar como cada vez mais tem se tornado imperativo que haja uma priorização da melhoria da qualidade de vida, principalmente para população mais pobre e que depende do Poder Público para garantir suas



2. A FUNÇÃO SOCIAL DOS ARQUITETOS E AS CIDADES INCLUSIVAS

necessidades básicas. Assim, ao tomá-lo como um direito amplo, que abarca não só o direito à moradia digna, mas à mobilidade, aos espaços públicos democráticos e sem discriminação, o direito à cidade serve de embasamento ao que vamos discutir no presente capítulo.

Tal como vimos anteriormente, para Harvey (2014) e Lefebvre (2015), a cidade não pode ser tratada como mercadoria, e seu uso deve ser garantido a todos, independentemente de quem tenha recursos para pagar por ela ou não. Usar a cidade é poder acessar seus equipamentos urbanos, sejam eles de saúde, de cultura ou de lazer, sem distinção. Para isso, é preciso assegurar a mobilidade através de transporte público de qualidade a preços acessíveis, com integração entre modalidades diferentes de transporte e que possam atender principalmente aos cidadãos que possuam necessidades específicas.

Considerando que a profissão de arquitetura e urbanismo tem potencialmente uma importante contribuição para que o direito à cidade seja exercido, tratar do conceito da Função Social do Arquiteto é um ponto nodal para a compreensão da discussão que o presente trabalho se propõe, pois

trazer à luz essa potencialidade poderá indicar melhores caminhos não apenas para lidar com as cidades, mas inclusive para a formação deste profissional.

Dessa maneira, optamos por trazer inicialmente o pensamento de um dos mais importantes arquitetos brasileiros, Vilanova Artigas. Depois de ter sido exilado durante a ditadura militar, e com o intuito de retomar seu trabalho como professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, no ano de 1984, desenvolveu o seu texto *A Função Social do Arquiteto*.⁴

Ao apresentar uma vasta contextualização de momentos políticos e sociais não só do Brasil, mas do mundo, Artigas (2004) nos leva a refletir sobre a forte e intrincada ligação que há, e deve haver, entre a realidade social e o fazer arquitetônico. Ele defende que como a arquitetura é uma arte, mas uma arte com finalidade, é preciso privilegiar esse aspecto funcional de sua práxis. O autor insere a discussão da inclusão da responsabilidade dos arquitetos nas transformações sociais do mundo, partindo de um contexto de pós/entre guerras, para justificar a assunção da casa popular como protagonista de uma necessidade pungente: era

4 O texto trata da profissão de Arquitetura num momento em que no Brasil ainda não havia a obrigatoriedade de os cursos nacionais apresentarem uma formação ampla em Arquitetura e Urbanismo, o que só ocorreu a partir da Resolução nº 3, de 25 de junho de 1969, do Conselho Federal de Educação, que estabeleceu o currículo mínimo para o curso de Arquitetura e Urbanismo. Por esse motivo, decidimos manter a forma original que o autor usou em sua argumentação, qual seja, apenas arquiteto.

preciso ter onde morar.

O texto leva também a refletir sobre outros aspectos essenciais da profissão de arquitetura. Assim, entendemos o conceito de Função Social do Arquiteto como algo traduzido na forma de um arquiteto cidadão: um profissional que além de sua atuação em qualquer outro setor da arquitetura, tem como dever pensar no bem-estar social, para além, inclusive, das questões éticas envolvidas no seu dia-a-dia. Para Artigas (2004), é Função Social do Arquiteto a construção não apenas de edifícios, mas de um contexto social diferente, modificando

o que for necessário para uma transformação efetiva da realidade. O autor discorre ainda que não é só a unidade de cada casa que importa: seria preciso que a arquitetura ultrapassasse as soleiras das portas e alargasse o seu conceito para o de habitat humano, a cidade.

Para Maricato (2019), é na cidade que nos deparamos com a ideia da Função Social do Arquiteto. O que significa que é preciso que os profissionais de arquitetura firmem um compromisso com a espacialidade urbana, que é coletiva. Ela afirma:

É importante estar atento naquilo que é fundamental para a estruturação do espaço, em relação ao uso e à ocupação do solo. Podemos olhar o que está construído e o que não está construído. O que é verde e o que é pavimentado. Tudo isso faz parte da cidade e é objeto de trabalho dos arquitetos. O paisagismo, a questão ambiental, a permeabilidade do solo e o saneamento. Isso não é trabalho só dos engenheiros. É trabalho nosso também. A mobilidade, por exemplo, tem tudo a ver com a distância entre casa e trabalho, casa e escola, casa e comércio, casa e faculdade. A desigualdade nas cidades é uma construção social, e os arquitetos precisam se encarar como participantes da sociedade, da cultura que é praticada, da ideologia da cidade, que é uma ficção (MARICATO, 2019, [n. p.]).

A autora chama atenção ainda, como já tínhamos visto anteriormente em relação às preocupações de Harvey e Lefebvre, para a necessidade de diferenciar o mercado imobiliário dos interesses da cidade, pois uma vez que vivemos numa sociedade capitalista, a lógica da política habitacional acaba

privilegiando o setor da sociedade que detém o poder econômico. Ou seja, em vez de atender às necessidades da cidade como um todo, acaba atendendo às necessidades do mercado. Essa é uma "confusão" que gera desigualdade e piora as condições de vida de grande parte da população.

Maricato (2019) aponta ainda para o fato de que essa democratização será um ponto de inflexão não só na vida da cidade, mas na dos próprios arquitetos, pois atuará sobre a sua visão da arquitetura. Ampliar as possibilidades de acesso à arquitetura a todos pode ocasionar a virada necessária para uma melhoria nas qualidades de conforto ambiental, salubridade e saúde da população. Assim, é essencial para o desenvolvimento urbano saudável democratizar a cidade.

Dessa forma, compreendemos que a ênfase colocada sobre a Função Social do Arquiteto pelos autores até aqui, no sentido de trazer à tona sua responsabilidade com a sociedade e a construção das cidades, é necessária e oportuna, uma vez que existe muitas vezes uma visão distorcida da profissão, e não apenas da população em geral, mas dos próprios profissionais. Em nossa opinião, este fato somente diminui e compromete a importância do fazer arquitetônico.

Tal distorção consiste em permitir que continue a prevalecer a ideia de que a arquitetura e o urbanismo são um produto como qualquer outro, e que só pode ser consumido pela parcela da população que pode pagar por ele. Ora, é exatamente sobre

isso que viemos discutindo até aqui: todos têm direito à cidade, e uma das variáveis que parece contribuir para que as cidades sejam acessíveis a todos é o fazer arquitetônico, através do que estamos definindo como a Função Social do Arquiteto. Logo, a arquitetura e o urbanismo deveriam ser também um direito de todos.

Nesse sentido, a arquiteta e urbanista brasileira, presidente da Associação Brasileira de Arquitetos e Paisagistas (ABAP) e coordenadora do Colégio de Entidades de Arquitetura e Urbanismo (CEAU), Schenk (2019, [n.p.]), afirmou no Seminário de debate sobre a Função Social de Arquitetos e Urbanistas: “Não somos luxo, somos necessidade”. Para ela, seria essencial expandir a atuação dos profissionais no planejamento urbano e de políticas públicas voltadas para o bem-estar da sociedade. Para isso, o apoio político, visto como gestão pública, seria fundamental.

Nesse ponto, precisamos adentrar em mais um tópico essencial para a discussão posta, qual seja: a questão política. Não estamos com isso misturando os conceitos de políticas públicas ou apoio político com o próprio conceito de política. Vejamos: voltando ao sentido inicial da palavra, a políti-

ca tem a ver com a convivência dos homens na polis, ou seja, na cidade. Ela surgiu, em seu sentido democrático, na Grécia Antiga, quando o pensar mítico foi sendo substituído pelo filosófico, e a

Ser político, viver na polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência. Para os gregos, forçar pessoas mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da polis (ARENDRT, 2004, p. 31).

Assim, a necessidade de aprimorar as relações humanas de convivência em sociedade foi se tornando mais e mais presente e refinada ao longo dos séculos. As legislações urbanas, com a criação de novos espaços de participação da população nas decisões, também foram mudando durante o tempo. Novos problemas geram novas necessidades de organização e, assim, a sociedade evolui. Se a política, na Grécia Antiga, mais precisamente no caso democrático de Atenas, foi importante para retirar o elemento da violência e da força física das decisões, passando o diálogo a ser o meio mais adequado a ser utilizado, atualmente ela é um recurso muito mais complexo e está implicada em todas as esferas da vida humana e não apenas nas lides com a cidade. Entretanto, a cidade continua sendo o módulo central onde podemos observá-la mais de perto, uma vez que é um núcleo de organização da vida em comunidade.

necessidade de regular mais adequadamente a vida na cidade passou a ser primordial para sua própria subsistência e desenvolvimento. Nesse caminho, Arendt (2004) nos diz:

Dessa maneira, a partir das reflexões do urbanista Ebenezer Howard, a respeito do que considerava as metáforas da "cuia" e do "imã", Mumford (1998) foi capaz de apontar essa inter-relação entre política e cidade, considerando que existem duas dimensões conjugadas no conceito de cidade: a urbana (cuia, espaço físico) e a política (imã, relações políticas). Ou seja, podemos sugerir que a Função Social do Arquiteto se traduz pela possibilidade de mobilização do seu conhecimento profissional como mediação para, através das intervenções na forma urbana, ser transformador ativo da outra dimensão: a política. Trataremos melhor dessa relação mais à frente, pois acreditamos que sem que se pense a dimensão política da cidade, é impossível que a arquitetura e o urbanismo contribuam socialmente para um projeto de cidade mais democrática e inclusiva com seus cidadãos.

Montaner e Muxí (2014) tratam do tema partindo do pressuposto de que o urbanismo e a arquitetura urbana são campos essencialmente políticos. Para os autores, cada problema urbano pode ser resolvido de diversas formas, a depender de

O urbanismo é uma dimensão importante da política. A cultura e a técnica acompanharão o diagnóstico e possibilitarão a elaboração dos programas e projetos. Mas a definição de objetivos e estratégias e a opção entre várias propostas possíveis fazem parte da política (MONTANER & MUXÍ, 2014, p.8).

Além de trabalhar a associação entre a política e o urbanismo, os autores explicitam a sua “vocaçãõ” de ferramenta para transformação social, diminuindo desigualdades e melhorando a qualidade de vida das populações mais carentes. Mais que isso, os autores fazem uma chamada aos intelectuais, os quais devem contribuir ativamente, seja na realização de pesquisas e estudos que visem minorar as desigualdades, seja utilizando seus conhecimentos para combater mecanismos perversos de manutenção de tais desigualdades, ou ainda contribuindo para a construção de propostas alternativas reformadoras do *status quo*. No entanto, vivemos um momento em que a arquitetura e o urbanismo têm sido utilizados muitas vezes como ferramentas para consolidar ou dar mais poder às classes dominantes. A cidade “produto de consumo” tem sido vendida para o

demandas, necessidades, prioridades, dentre outros fatores. Assim, seria possível eleger várias “respostas” legítimas para cada um deles, e o que vai prevalecer no fim é a escolha política por alguma delas. Logo,

enriquecimento das grandes construtoras internacionais, em grandes acordos nos quais muitas vezes o poder público acaba sendo uma das partes colaboradoras. E não estamos sequer querendo adentrar no problema da corrupção, que desviaria o nosso foco de estudo, mas de brechas encontradas nas próprias legislações municipais e de decisões tomadas no sentido contrário ao do interesse público.

Para dificultar esse tipo de construção das cidades, que privilegia apenas os poderosos, a sociedade civil tem se organizado ativamente na luta por melhores condições de vida na cidade, através dos movimentos sociais, em manifestações, ações e também dentro dos mecanismos legais de participação social. Esse tem sido um diferencial significativo em algumas cidades do mundo. A

esse respeito Montaner e Muxí (2014) nos dizem:

Portanto, as relações entre arquitetura e política não se reduzem unicamente à espera dos políticos, ao servilismo perante o poder reclamado pelos ricos e poderosos para conformar o mundo, mas também tem a ver com o protagonismo dos habitantes nos processos de participação, nas ONGs, nas cooperativas ou nos movimentos sociais e nas iniciativas dedicadas à difusão e promoção dos direitos humanos (MONTANER E MUXÍ, 2014, p. 33).

Nesse contexto, um problema que se coloca para os arquitetos e urbanistas em meio a uma sociedade neoliberal é que eles precisariam agir criticamente e ir de encontro ao desejo do mercado. Porém, a questão é mais estrutural ainda: não estão os próprios arquitetos e urbanistas inseridos na lógica do mercado? Assim, há os profissionais que encarnam a lei do máximo lucro, tentando garantir o seu “sucesso profissional”, e há os profissionais que até conseguem perceber sua importância na realização do bem comum, mas estes acabam quase sempre ficando de mãos atadas.

Os últimos, como técnicos, são capazes de compreender e estudar com rigor as necessidades da cidade, mas é preciso que haja um direcionamento concreto que os possibilite construir cidades mais preocupadas com o coletivo e com seus habitantes. É por isso que existe a necessidade premente de se criar um diálogo

sempre crescente entre o poder público e a sociedade civil para que o saber técnico possa fazer o seu papel da maneira mais eficaz possível.

Entretanto, arquitetos e urbanistas só podem ser eficazes em exercer a sua função social na medida em que haja meios e um contexto social que possibilite esse tipo específico de atuação. É nesse ponto que a participação de todos – gestão pública, sociedade civil organizada, técnicos de áreas afins ao desenvolvimento urbano, etc – se torna essencial, para que o produto final seja mais representativo, e a maioria das pessoas se sinta contemplada. Nesse sentido, muito se tem discutido em todo o mundo a respeito do que viria a ser uma cidade para todos. Para isso, precisaremos adentrar no próximo conceito nodal da nossa discussão, qual seja: o de Cidades Inclusivas.

2.2. Cidades Inclusivas - desenvolvimento urbano inclusivo

Trabalhar o conceito de inclusão dentro da problemática urbana é um dos grandes desafios postos para a contemporaneidade. Não que essa seja uma questão apenas atual, mas, à medida que aumenta o número de pessoas nas cidades, cresce também a urgência em solucionar ou, minimamente, diminuir as desigualdades existentes entre os mais ricos e mais pobres. Assim, a partir da intersecção entre a discussão sobre os problemas urbanos e a necessidade de inclusão cada vez maior de pessoas marginalizadas, precisamos investigar o que viria a ser uma Cidade Inclusiva.

Falar de inclusão, é trazer à cena uma série de questões que envolvem várias áreas distintas: desde a política, até a sócio-espacial, e cultural, por exemplo. De maneira geral, todas elas estão

inter-relacionadas e precisam ser trabalhadas de forma conjunta para que se possa garantir um resultado satisfatório em relação à criação de cidades que priorizam o bem-estar de todos os seus cidadãos. No entanto, tentamos abordar a questão destacando dentre estas, principalmente as questões políticas (da qual iniciamos a tratar no item anterior) e as que envolvem o desenvolvimento sócio-espacial.

Primeiramente, faz-se necessário esclarecer que o conceito de desenvolvimento sócio-espacial não deve estar obrigatoriamente colado à ideia de desenvolvimento “econômico”, mesmo que em muitos casos estejam atrelados. Podemos ver essa diferenciação de forma bastante clara em Souza (2002), quando este liga o sentido de desenvolvimento sócio-espacial ao de mudança social positiva. Para o autor, desenvolvimento é mudança positiva e isto deve ser observado do ponto de vista das pessoas envolvidas, a saber:

Em termos singelos e puramente introdutórios, pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria na qualidade de vida e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas, igualmente a espacialidade. (SOUSA, 2002, p. 61)

Assim, a eficiência econômica não deve estar em primeiro plano, embora seja imperativo ter bons resultados econômicos para retroalimentar a cadeia de possibilidade de investimentos. Para Souza (2002, p.71), “ela deve ser encarada simplesmente como um meio a serviço da melhoria da justiça social e da qualidade de vida”.

Entretanto, é em relação ao que o autor discute a respeito da espacialidade que precisamos apreciar um pouco mais. Para ele, a importância do espaço – apesar de vir sendo negligenciada sobremaneira na literatura a respeito da teoria do desenvolvimento – é inquestionável. O espaço representa, em sua multidimensionalidade, o palco, constituindo assim o próprio substrato material da cidade. Discutir desenvolvimento social sem incluir a dimensão espacial é deixar a análise incompleta.

O erro de confundir desenvolvimento com “progresso”, onde a destruição de edifícios antigos, por exemplo, é justificada pela construção de outros edifícios mais “modernos”, também deve ser evitado. Por muito tempo acreditava-se que intervenções no espaço urbano pudessem, pura e

simplesmente, alavancar o desenvolvimento social, mas a relação não é assim tão simples e deve ser planejada a partir de um estudo aprofundado da realidade local e das necessidades e desejos daqueles que formam aquele lugar específico.⁵

Assim, pensar em desenvolvimento sócio-espacial de uma cidade exige conhecer sua história e nisso se inclui o aprofundamento das dificuldades específicas enfrentadas por seus cidadãos. As intervenções no espaço das cidades devem estar afinadas com o atendimento às pautas sociais existentes e que precisam ser explicitadas através do saber técnico para que só assim resultem em inclusão social. Nesse sentido, Sampath (2010, [n.p.]), diz que: “uma cidade inclusiva é aquela que busca solucionar não apenas a igualdade econômica, mas também a igualdade social, política e cultural em todos os segmentos da cidade”.

De acordo com a ONU (2016, [n.p.], grifo nosso), durante a HABITAT III, “a urbanização **pode** levar a uma sociedade mais harmoniosa e inclusiva”. Através da mobilização social e liberdade de expressão, inclui marginalizados e excluídos, contribuindo para uma maior participação e

⁵ Como trabalhado no clássico livro de Jane Jacobs, *Morte e Vida de grandes Cidades*, de 1961.

influência política. Como formadoras de fortes redes de colaboração, as cidades que contam com uma gestão preocupada com a participação de todos, principalmente das minorias normalmente marginalizadas, acabam por garantir e preservar equitativamente os direitos de seus habitantes.

Assim, as Cidades Inclusivas são democráticas, tanto na participação quanto no uso do espaço urbano, que é de todos. Logo, o papel do Poder Público é essencial para possibilitar o acesso igualitário aos mais diversos aspectos da vida na cidade, tais como: emprego, educação, moradia, saneamento, transportes, lazer, etc.

Ainda na construção sobre o conceito em questão, a ONU (2016), na HABITAT III, estabelece as diretrizes para a criação de Cidades Inclusivas, quais sejam: participação e inovação social no planejamento urbano, sua implementação e avaliação; efetivação dos direitos de todos ao acesso universal a serviços básicos de qualidade; melhoria do planejamento espacial; e prestação transparente de contas com a sociedade. Desse modo, a criação de Cidades Inclusivas deve ser garantida através do compromisso político com o desenvolvimento urbano inclusivo em vários

níveis, minorando o incentivo de partes interessadas no desequilíbrio social.

Nesse sentido, voltamos aos aspectos políticos, mas agora com um foco diferente: a vontade e a gestão política. É preciso prestar a devida atenção aos danos causados por uma má gestão do planejamento urbano, quando o interesse de poucos (detentores do poder econômico) serve de guia para fazer da cidade um lugar de investidores e não de cidadãos. Como vimos ainda no capítulo 1, a lógica do capitalismo é sempre a obtenção do máximo lucro, o que inevitavelmente aumenta a desigualdade. Logo, seus efeitos devem ser minorados ao máximo para viabilizar uma vivência mais igualitária da cidade.

Sobre os danos causados às cidades através de uma gestão capitalista, pudemos ainda acessar o trabalho de Harvey (2003), "The city as a body politic"⁶. Nele, o autor traz a questão da mercantilização do solo urbano e contrapõe os interesses públicos aos interesses privados, com o intuito de alertar que é preciso enxergar a cidade em si como o próprio corpo político:

⁶ A cidade como um corpo político

Ver a cidade como um corpo político em relação com o processo urbano, mostra os vários caminhos nos quais a saúde da cidade pode ser avaliada. Mas mostra também o simples fato de que há escolhas a serem feitas levando em conta como esse corpo político é constituído e como, uma vez constituído, pode-se posicionar para confrontar problemas sobre desigualdade social, saúde, bem-estar, e meio-ambiente. Sobretudo, isso mostra os caminhos nos quais o corpo político oferece terreno para contestação política, pela qual vale a pena lutar, precisamente porque é o lugar próprio do debate e da ação sobre isso. Pode ser a "natureza de nossa tarefa" à medida que buscamos transformar nós mesmos, pela transformação do processo urbano e o ambiente da cidade em que vivemos, fisicamente e socialmente. (HARVEY, p.43-44, tradução nossa)

Vimos, ainda no capítulo anterior, que é possível e preciso pensar as cidades (mesmo as capitalistas) de maneira a tentar diminuir o impacto da lógica do capital e dos interesses da iniciativa privada. Esse é um ponto ao qual não se pode estar alheio, para combatê-lo com propriedade e objetividade. Estamos aqui falando agora mais propriamente das formas de governo das cidades. Para Sudjic (2019), é necessário entender o papel primordial que um governo democrático traz ao funcionamento de uma cidade. É esse tipo de governo que possibilita, através de mecanismos de regulação popular, que haja uma prestação de contas à sociedade. Sem ele, não haveria espaço para ouvir a voz da população mais carente.

Quando falamos em governo democrático, corremos o risco de ficar presos numa mancha nebulosa do que viria a ser democracia. Garantir o

voto universal em eleições governamentais certamente é um mecanismo democrático, mas não garante o processo democrático como um todo. É preciso, como já foi dito acima, uma participação popular mais efetiva, inclusive nas pequenas decisões do dia-a-dia, como no orçamento participativo⁷, por exemplo.

Dessa maneira, uma cidade inclusiva precisa, além de garantir o direito à cidade de forma plena aos seus cidadãos, ser sabedora de sua história, assegurando a eles mecanismos participativos em sua construção diária. É papel do fazer técnico das mais diversas áreas, incluindo aqui a arquitetura e o urbanismo, respaldar o governo democrático a atender os anseios e necessidades da sociedade civil, priorizando as necessidades mais básicas de todos. Na arquitetura, por exemplo, isto pode ser feito através da realização de projetos urbanos que

⁷ Orçamento Participativo é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais, através de processos da participação da comunidade.

visem diminuir as desigualdades existentes.

Esta parece ser a fórmula mínima de funcionamento de uma gestão municipal que caminhe no sentido de construir uma Cidade Inclusiva. No próximo capítulo, adentraremos no nosso estudo de caso: a cidade de Medellín. Pretendemos descobrir se de fato trata-se de um exemplo inquestionável de Cidade Inclusiva e, em caso positivo, como a Função Social do arquiteto contribuiu para isso.

*“A arquitetura, mesmo na sua forma mais consumada,
será sempre um pequeno e imperfeito protesto contra o
estado de coisas.”*

– Alain de Botton



Vimos até aqui os elementos essenciais da discussão em relação aos principais conceitos envolvidos que embasam nosso estudo. Entretanto, temos que reforçar apenas outro aspecto que foi, ao que parece, importantíssimo para o caso concreto de Medellín, a saber: a cidade se encontrava numa posição de extrema dificuldade, com índices de violência urbana e de desigualdade social alarmantes, e funcionando de forma totalmente excludente. Era imprescindível reverter esse quadro.

Para compreender melhor como isso se deu, precisamos voltar um pouco na história da cidade e contextualizar o cenário em que ela se encontrava no final do século XX, além das principais medidas tomadas de lá até os dias de hoje.

3.1. Contextualizando a cidade

A cidade colombiana de Medellín está localizada na base noroeste das Cordilheiras dos Andes, no vale do rio Aburrá, faz parte do departamento de Antioquia, zona do extremo norte da América do Sul (Figura 2), e tem uma extensão de 376,4 km².



3. A EXPERIÊNCIA DA CIDADE DE MEDELLÍN

Figura 2 – Localização de Medellín na América do Sul.



Fonte: Google Earth, 2021.

Atualmente, de acordo com a Prefeitura de Medellín (2021), a cidade conta com um número total de habitantes acima de 2,5 milhões e o departamento de Antioquia (**Figura 3**) representa 12% da população colombiana, que equivale a 15% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. A cidade tem uma localização privilegiada entre o Caribe e o Pacífico, viabilizando sua competitividade no que se refere à exportação. Além disso, ela contribui com 60% da economia do estado, e o setor têxtil gera 53% do emprego industrial da região, exportando seus produtos para mercados internacionais. Assim, Medellín é conhecida também pelas suas habilidades comerciais, sendo pioneira no que diz respeito a incentivar o desenvolvimento de polos voltados para esta atividade.

Figura 3 – Localização de Medellín no departamento de Antioquia



Fonte: Prefeitura de Medellín, 2021.

Para Jaramillo (2014), trata-se de uma região rica em água, fauna e flora, com grande dinamismo socioeconômico que inspirou o desenvolvimento humano ao longo do tempo. O autor traz um apanhado dos principais dados sobre a evolução socioeconômica da cidade, que em 1905 contava apenas com cerca de 60 mil habitantes. Porém, já na primeira metade do século XX teria vivido um forte desenvolvimento industrial através da cultura

do café e mineração de ouro, graças à sua posição estratégica que facilitava o escoamento de sua produção tanto por via férrea, quanto por via

hídrica, o que fez da cidade uma das mais promissoras nacionalmente.

Além disso, o autor enfatiza que:

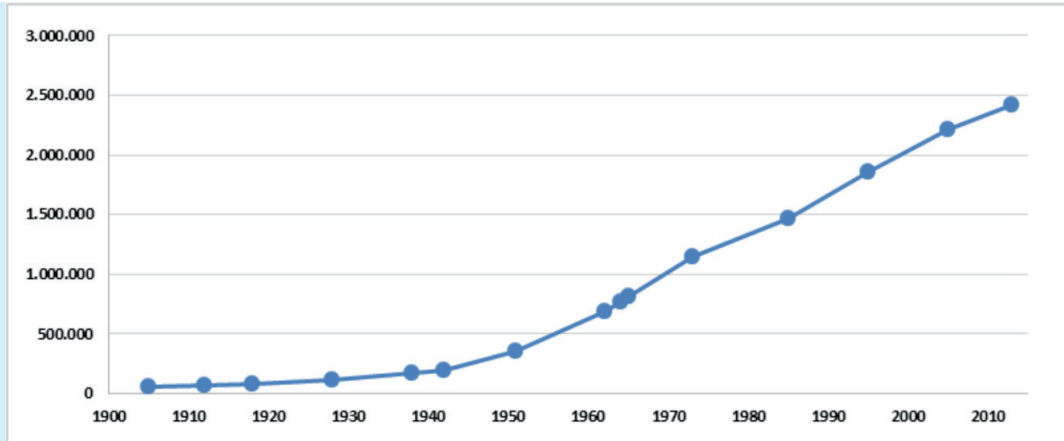
(...) a existência da Universidade de Antioquia (fundada em 1803), da Escola Nacional de Minas (1887), assim como outras escolas e universidades com programas de arquitetura, direito e outras ciências sociais e técnicas, fomentara **uma tradição acadêmica que tem sido fundamento do desenvolvimento urbano e territorial da cidade** (JARAMILLO, 2014, p.8, grifo nosso, tradução nossa).

Já em meados do século XX houve a formulação do Plano Piloto Regulador de Medellín, responsável pelo ordenamento e desenvolvimento municipal e pela criação do que hoje é o Departamento Administrativo de Planejamento da cidade. Esse é um dado que realmente chama atenção para o nosso estudo pela seriedade com que a cidade vem sendo consistentemente pensada pela academia nas suas diversas disciplinas.

Entretanto, o grande crescimento populacional da cidade (**Figura 4**), que chegou nos anos 70 a quase multiplicar por 10 seu número de habitantes, resultou numa cidade cindida e com infraestrutura precária. Isso foi agravado por causa de uma crise econômica relativa ao fim do sistema ferroviário que conectava a cidade e sua produção com o resto do mundo. Assim:

Medellín entrou num ciclo de deterioração da sua base econômica e de empregos, e com o processo de urbanização fortemente informal, foi se consolidando uma sociedade segregada, desigual e conflitiva, com alto grau de concentração da riqueza (JARAMILLO, 2014, p.8, tradução nossa).

Figura 4 – Crescimento populacional em Medellín.

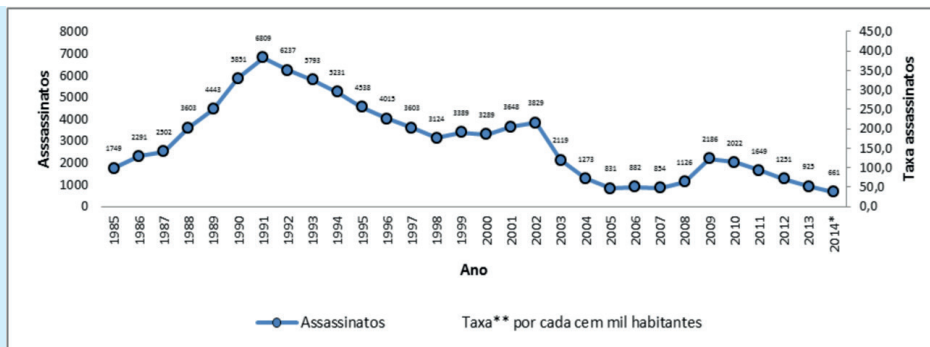


Fonte: Mazo, [201-].

Foi nesse momento de crise que a violência chegou a ser a principal característica da cidade, a qual estava tomada pelo narcotráfico, e com o sistema político desacreditado pela população. Na figura 5, pode-se observar que no início dos anos 90, o número de assassinatos a cada 100 mil

habitantes, chegava perto dos 7 mil casos por ano. A morte de Pablo Escobar, chefe do cartel de drogas com o nome da cidade ocorreu no ano de 1993, quando a curva de homicídio já havia começado a reduzir.

Figura 5 – Gráfico de homicídios em Medellín: 1985-2014.



Fonte: Mazo, [201-].

Outro aspecto que merece destaque, no final do século XX, foi o início das obras do Metro, que terminou por precipitar ainda mais o descrédito populacional, pois se tratou de uma obra gigantesca de infraestrutura regional e que teve duração de cerca de 10 anos. Logo, era um investimento alto com um retorno muito longo, num sistema político e institucional praticamente falidos.

Isto posto, é preciso retomar ao ponto colocado no início do capítulo: Medellín era uma cidade que se encontrava numa posição crítica, cheia de

problemas sociais arraigados, e conhecida internacionalmente como uma das cidades mais violentas do mundo e conseguiu, num tempo relativamente curto (em torno de duas décadas), ser reconhecida mundialmente como um modelo de cidade inovadora.

Sudjic (2019) traz que a definição das cidades pode ser feita em diversos níveis distintos, e que sua personalidade é formada ao longo da sua história através do acúmulo de experiências de gestão e dos monumentos que lhe dão a sua forma. No entanto, ele alerta:

Uma vez formados, eles não são fáceis de apagar ou esquecer. Formam os pontos de partida e as referências para tudo que segue. Mas também podem ser modificados ou abalados. **Esses elementos contêm os traços do passado de uma cidade e são a base de sua evolução** (SUDJIC, 2019, p.99, grifo nosso).

Assim, apesar de toda dificuldade, e talvez até mesmo por causa dela, Medellín precisou se reinventar e reescrever aos poucos sua história, passando por uma grande mudança sócio-espacial: a sua gestão urbana participativa possibilitou a criação de novos marcos – legais, sociais e de infraestrutura, por exemplo – que aos poucos passaram a representar uma cidade diferente, a qual iniciaria um caminho em direção a um futuro menos excludente e violento.

Como reação a esse cenário de caos urbano, Jaramillo (2014) aponta que se iniciou um processo de mobilização comunitária, que juntamente com líderes e instituições representativas de vários setores da sociedade formaram o embrião da construção coletiva de cidade. Para ele, surge:

Uma nova visão de desenvolvimento, fundamentada em um diálogo social amplo, includente, corresponsável e democrático, que construiu uma visão conjunta a longo prazo, definiu prioridades para superar as brechas e articular e renovar as instituições e a estrutura da cidade, e que em síntese, fundamentou as bases para o desenvolvimento de uma cidadania ativa que tem liderado sua própria evolução (JARAMILLO, 2014, p. 9, tradução nossa).

O autor aponta que foi com esse pano de fundo que grandes marcos legais e políticas públicas, viabilizaram o planejamento estratégico que foi surgindo. Por exemplo, ainda nas duas décadas finais do século XX foram criados: o Conselho Presidencial para Medellín – com seus Núcleos de Vida Cidadã nos bairros e nos foros Alternativas de Futuro para Medellín; o Plano Estratégico de Medellín e a Área Metropolitana 2015 (entre 1996 e

1998); os quais foram complementados pelo Plano de Ordenamento Territorial (POT), em 1998.

A adoção de planos a longo prazo e a continuidade das ações no decorrer do tempo, garantidos por uma visão política mais ampla e pela participação da sociedade civil e dos saberes técnicos envolvidos, dentre eles a arquitetura e urbanismo, parecem ter sido essenciais para o bom andamento das transformações que foram ocorrendo na cidade. Assim, para o autor:

Medellín é expressão de resiliência, equidade e inovação, pois tem sabido assumir seus problemas, comprometer seus **líderes e instituições e aportar com corresponsabilidade, na construção de um projeto de cidade e uma cidadania ativa** consciente de seus direitos e deveres, que ainda hoje persiste diante das dificuldades (JARAMILLO, 2014, p. 10, grifo nosso, tradução nossa).

Assim, a cidade é um organismo que não é estático e nunca estará acabado, como vimos a partir do que nos alertou Lefebvre (2015), no capítulo 1. Novos elementos podem ser acrescentados, mudados, e novas imagens acerca da mesma cidade vão surgindo ao longo do tempo. De certa forma, pode-se pensar que é justamente desses

contextos mais sombrios, como nos mostra a história da cidade de Medellín, que podem surgir novas ideias capazes de serem revolucionárias. Medellín passou de uma das cidades mais violentas do mundo a cidade mais inovadora do mundo, como citado anteriormente, num curto espaço de tempo. Vejamos como isso se deu.

3.2. O chamado Urbanismo Social

Antes de abordar as transformações urbanas vividas em Medellín, se faz necessário trazer o conceito de Urbanismo Social, surgido na cidade durante os anos de ebulição de suas principais

O ex-prefeito foi líder do movimento cívico “Compromisso Cidadão” durante seu mandato (2004-2007), que junto com instituições de ensino, empresas privadas, organizações sociais e especialistas de diversas ideologias tinham o ideal da mudança através da transparência, ética e do compromisso social (MELO, 2019, p. 68, grifo nosso).

Dessa forma, parece-nos que o uso do termo social recai não apenas em seu aspecto amplo, de ser referente à sociedade, mas em seu aspecto mais específico de atender aos anseios da coletividade, dando voz e visão a todos os cidadãos, inclusive aos mais pobres, historicamente marginalizados e relegados ao silêncio.

Foi exatamente a essa nova abordagem do urbanismo que posteriormente, o ex-prefeito de Medellín, Fajardo (apud GREEN, 2018) chamou de Urbanismo Social, o qual tinha como meta usar o desenho urbano e a arquitetura da paisagem como meio de reduzir a desigualdade social, além dos danos ambientais, como já tinha colocado Souza (2002) no capítulo anterior.

mudanças, entre 2004 e 2011. Tal conceito refere-se ao conjunto de transformações urbanas e sociais vividas na cidade, tendo como ponto chave a reforma política iniciada por Sérgio Fajardo, eleito prefeito da cidade em 2003. De acordo com Melo (2019):

Para Jáuregui (2010), o Urbanismo Social deve considerar as potencialidades do território, levando em conta a eco eficiência de recursos materiais e humanos na elaboração de projetos de acordo com a mensuração do impacto urbano. Além disso, é preciso definir as ações designando a priori as formas objetivas de efetivá-las (origem dos recursos materiais e humanos). Ele deve ainda se preocupar com a questão fundiária, e articular não só a construção de casa, mas da cidade, ou seja, é preciso inserir a casa num conjunto de infraestrutura que funcione – com equipamentos de transporte, educação saúde, trabalho e lazer, por exemplo. Tudo isso sem se esquecer de garantir a participação da comunidade nas decisões.

O autor enfatiza ainda o papel essencial que o Urbanismo Social coloca na articulação entre: cidade, espaço público e urbanidade; e na centralidade de uma urbanização inclusiva que garanta a participação política de seus cidadãos – principalmente os de baixa renda –, além de sua participação efetiva como beneficiários das políticas que garantam seu acesso não só à moradia, mas também à cidadania.

Nesse sentido, segundo Echeverri ([201-]) o Urbanismo Social requer uma posição ética ideológica tanto dos atores políticos, como dos técnicos, aqui incluídos os arquitetos e urbanistas, geógrafos, engenheiros, sociólogos, entre outros. Essa posição ética deve ser direcionada para adaptar o espaço, transformando-o num fator de atração para toda população, o que resultaria numa sensação de pertencimento e inclusão.

Essa foi, sem dúvida, uma característica marcante das transformações vividas por Medellín: o investimento em áreas mais precárias, com a construção de equipamentos de qualidade nesses locais estratégicos, e sendo capaz de modificar o sentimento de apropriação do espaço público de formas nunca antes pensadas por aquela

população.

Essa mudança de mentalidade dos cidadãos foi uma das forças capazes de ocasionar uma retroalimentação positiva nesses lugares onde a violência e o descaso eram suas principais características. Aos poucos, a cidade sem lei, foi ganhando dignidade, com espaços públicos, culturais e de educação. Tudo isso marcado por uma arquitetura de qualidade, que chama atenção para o uso de materiais, sua plástica e tecnologias contemporâneas de construção, além do acesso a uma infraestrutura adequada. A ideia por trás disso tudo era a de abrir a cidade, e torná-la cada vez mais permeável e transparente, retomando a confiança dos cidadãos nas instituições e no Estado. Nesse sentido, "a transformação do espaço público foi uma das ferramentas estratégicas para a recuperação" (ECHEVERRI, [201-], p.5).

Assim, o termo Urbanismo Social foi adotado como forma de diferenciá-lo de qualquer outra forma ou tipologia urbanística, que embora seja sempre social, uma vez que estuda um fenômeno que acontece em sociedade, muitas vezes foi e continua sendo desvirtuado, tornando-se excludente para grande parte da população. Logo,

já em seu nascedouro, o Urbanismo Social seria por essência inclusivo, pois visa atender ao conjunto de anseios da sociedade como um todo.

Entretanto, Rodriguez (apud MENGUE, 2019) considera o termo como uma redundância. Para ele, falar em urbanismo já seria falar de sociedade. Logo:

Quando falamos de urbanismo social, falamos de operações que são feitas com as pessoas no território, trabalhando com as pessoas. É uma construção coletiva, que pode ser uma biblioteca, um colégio, uma praça, um jardim, uma rua, construídos da perspectiva da população (RODRIGUEZ apud MENGUE, 2019, [n.p.]).

3.3. Intervenções urbanas inclusivas

Se o Urbanismo Social foi a forma de realizar as transformações na cidade, precisamos trazer os principais projetos executados através dos diversos planos de desenvolvimento que foram paulatinamente ampliando os investimentos em melhoria de qualidade de vida em Medellín. A seguir, traremos as melhorias implementadas na cidade de acordo com grandes eixos de atividades:

3.3.1. Mobilidade

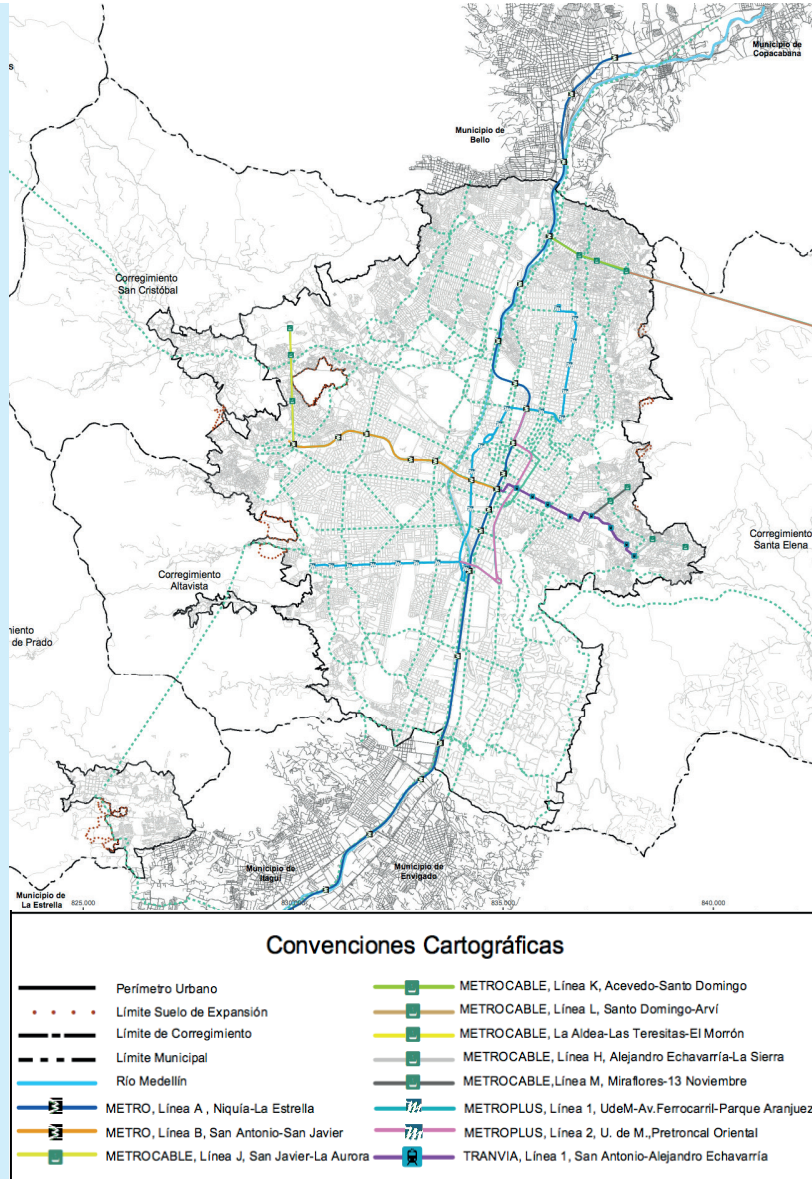
A primeira delas, a qual já foi trazida anteriormente, foi a construção do Metro que se tratou de uma obra de longa duração e alto investimento, a qual fez a população, já descrente das instituições públicas, questionar ainda mais o custo-benefício de uma obra dessa magnitude.

O *Metro* foi inaugurado em novembro de 1995 e tem uma rede com 27 estações distribuídas ao longo de toda a cidade. De acordo com Moraes (2019), seu funcionamento vai das 4 horas da manhã até às 23 horas, transportando mais de 1 milhão de passageiros diários. Devido à sua magnitude, ele é considerado o eixo principal do transporte público em massa da cidade, e representou um marco no início dos investimentos em infraestrutura de mobilidade social.

Outra obra de mobilidade urbana essencial para a cidade foi a instalação dos *Metrocables*⁸, conectando as regiões mais altas da cidade, ao *Metro*. Na figura 6 pode-se ver a interligação entre os dois modais, que além de tudo usam da tarifa única para viabilizar o acesso de todos.

⁸ Teleféricos

Figura 6 – Intreligação entre o Metro e o Metrocable de Medellín



Fonte: Prefeitura de Medellín, 2021.

Os *Metrocables* (**Figura 7 e Figura 8**) consistem em uma rede de 6 linhas que funcionam atualmente. Medellín foi a primeira cidade Latino Americana a utilizar esse meio de transporte para transporte em massa de sua população. De acordo com dados da Prefeitura de Medellín (2021), o sistema foi inaugurado em 2004, com a abertura da Linha K, e recentemente inaugurou a sua Linha P, a qual pode transportar cerca de 4 mil usuários por hora, e mais de 36 mil passageiros por dia, conta com 138 cabines, cada uma com capacidade para 12 pessoas, tendo sido construído com recursos próprios do município.

Figura 7 – *Metrocable* de Medellín.



Fonte: autora, 2018.

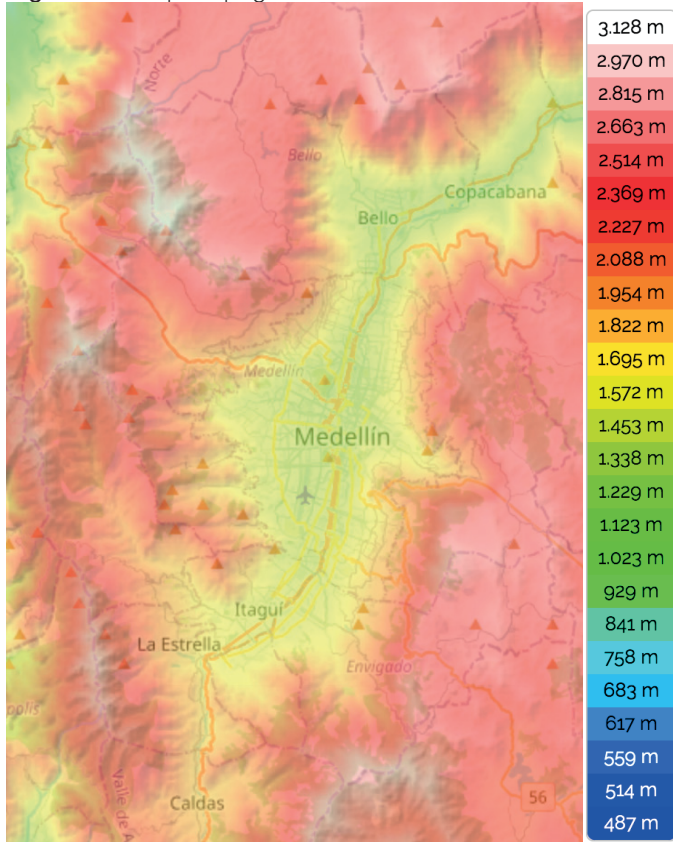
Figura 8 – *Metrocable* de Medellín: área de embarque e desembarque.



Fonte: autora, 2018.

A ideia dessa estrutura de teleférico se deve basicamente à conformação espacial da cidade, que é marcada pela existência de formações montanhosas que a circundam (**Figura 9**), nas quais as populações de baixa renda tenderam a estabelecer ocupações informais, uma vez que a dificuldade de acesso tornava essas áreas pouco interessantes para a especulação imobiliária.

Figura 9 – Mapa topográfico de Medellín.



Fonte: Fundação OpenStreetMap, 2021.

Assim, foi justamente essa dificuldade de acesso que trouxe a necessidade de inventar soluções criativas para atender uma demanda tão específica. A construção dos Metrocables permitiu encurtar distâncias entre as *comunas*⁹ e os lugares com mais oportunidades de emprego, ocasionando também uma melhoria econômica

para seus moradores.

Nesse mesmo sentido, de melhorar a circulação dos seus cidadãos, houve ainda a instalação de escadas rolantes a céu aberto (**Figuras 10 e 11**) no bairro Las Independencias na Comuna 13 (**Figura 12**). Esta intervenção estaria articulada também a outras obras de infraestrutura de mobilidade, para que o todo pudesse funcionar em conjunto.

Figura 10 – Escadas rolantes e fixas, Comuna 13.



Fonte: autora, 2018.

⁹Termo usado para designar comunidades carentes, equivalendo às favelas brasileiras, guardadas algumas especificidades locais. Medellín tem ao todo 16 comunas.

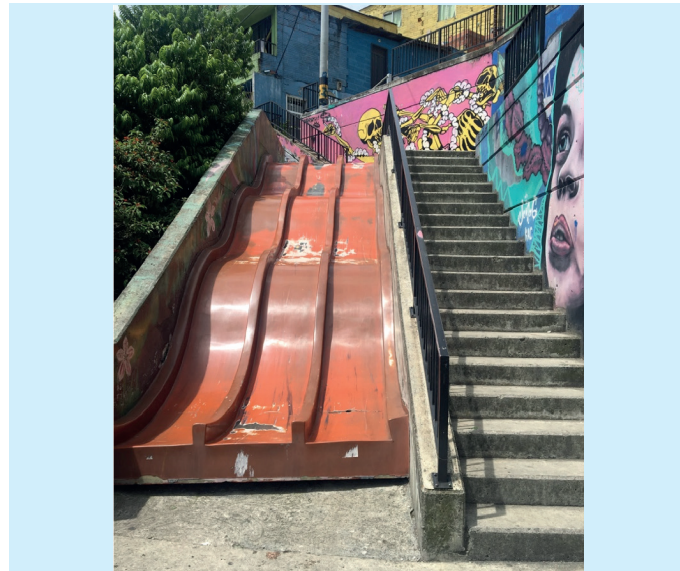
Figura 11 – Escadas rolantes, Comuna 13: visão superior do conjunto.



Fonte: autora, 2018.

Segundo Cirino (2019), as obras duraram de fevereiro a dezembro de 2011, tiveram um investimento maior do que US\$ 4 milhões, numa área equivalente a 1.812 m². Foi uma obra de

Figura 12 – Comuna 13: detalhe do escorregador para as crianças



Fonte: autora, 2018.

extrema dificuldade técnica por ser íngreme e necessitou de muita perícia técnica para ser efetivada, afinal as estruturas das escadas precisavam subir o morro. O autor detalhou o empreendimento:

O sistema – composto por seis lances duplos (sobe-e-desce) de escadas rolantes elétricas, com um total de 150m de extensão linear longitudinal, inclinações de 30° e 35° e velocidade de 30m/min (ou 0,5m/s) – havia substituído os 350 degraus de concreto que antes tinham de arrostar diariamente os habitantes da parte alta do bairro (uma subida equivalente a 20 andares de um edifício). Isso lhes reduzira o tempo de viagem de cerca de 30 minutos para tão somente cinco minutos, poupando-lhes também os esforços físicos (CIRINO, 2019, [n.p.]).

Essa facilidade ajuda diversas pessoas diariamente a atingirem o topo ou a base da comunidade, que inclusive se transformou num local de forte apelo turístico nos últimos anos, alavancando também o comércio local.

Além disso, cabe o destaque ainda à infraestrutura de bicicletas chamada de EnCicla, inaugurada no ano de 2011. De acordo com Moraes (2019), foi uma forma de oferecer uma alternativa saudável tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente. O posicionamento das 51 estações, com 1,3 mil bicicletas foi feito próximo às ciclo-faixas, em lugares estratégicos da cidade, principalmente onde pudesse haver uma maior integração entre os outros modais de transporte público. Assim, a bicicleta pôde ser inserida também como um meio alternativo, mesmo que para percursos pequenos, entre um modal e outro, por exemplo. Além disso, o empréstimo é gratuito para uso de até 1 hora.

3.3.2. Educação de qualidade

O investimento em educação básica passou a ser uma das principais prioridades no governo municipal de Medellín, que começou a investir

30% de seu orçamento público na construção de escolas, Parques Bibliotecas, e espaços de recreação em localidades carentes (DRUMMOND; DIZGUM; KEELING, 2012, [n.p.]). As figuras 13, 14, 15 e 16 exemplificam uma das escolas públicas construídas e que são consideradas mundialmente como excelentes exemplos de qualidade arquitetônica.

Figura 13 – Centro Educativo Montecarlo Guillermo Gaviria Correa: visão superior.



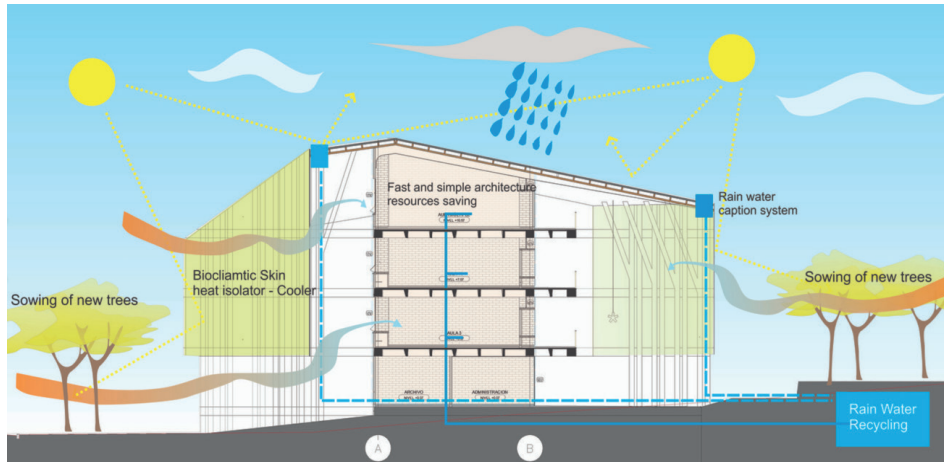
Fonte: Archdaily, 2016.

Figura 14 – Visão interna do Centro Educativo Montecarlo Guillermo Gaviria Correa.



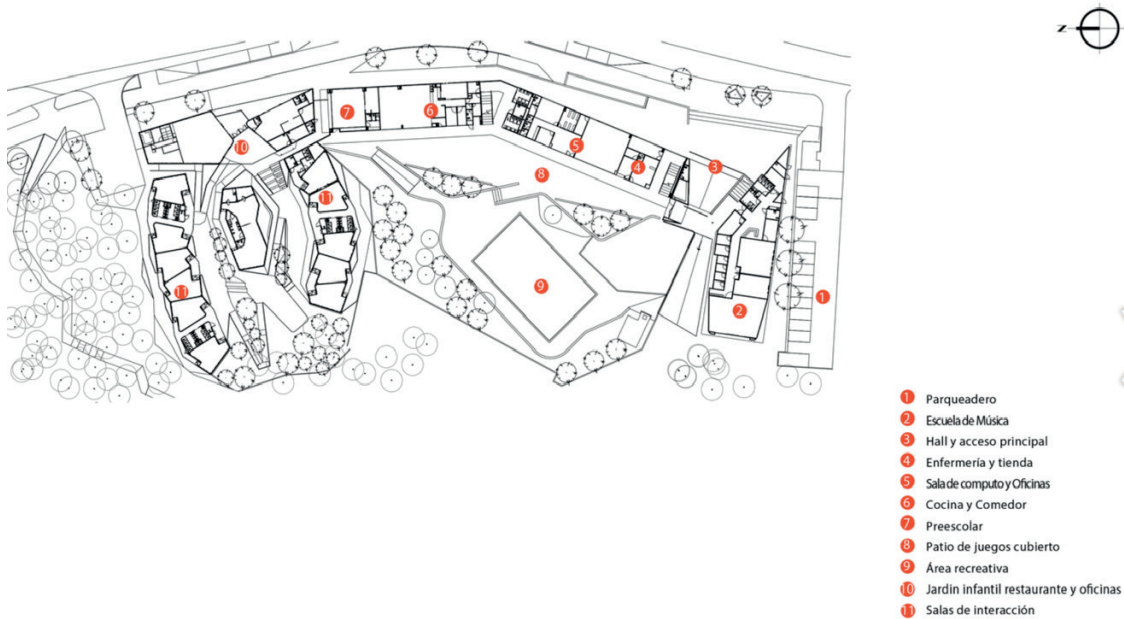
Fonte: Archdaily, 2016.

Figura 15 – Centro Educativo Montecarlo Guillermo Gaviria Correa: corte esquemático da insolação e ventilação.



Fonte: Archdaily, 2016.

Figura 16 – Centro Educativo Montecarlo Guillermo Gaviria Correa: planta baixa esquemática.



Fonte: Archdaily, 2016.

De acordo com um dos ex-prefeitos da cidade, “As ferramentas chave que utilizamos para atacar os problemas de Medellín foram uma educação simples e eficiente, e o espaço público como chave para transformação” (GAVIRIA apud GARCIA, 2019, [n.p.]). Para ele, é preciso combater a desigualdade na sua estrutura, através da educação. E isso foi feito em Medellín durante os últimos 20 anos de forma contínua e atacando os principais problemas para um ensino de qualidade: a falta de escolas de qualidade na periferia, e a falta de investimento na formação continuada de professores.

Além de escolas, outro equipamento público também está relacionado com a melhoria da qualidade da educação na cidade, a saber: os Parques Bibliotecas. Na verdade, estes já seriam um híbrido entre espaços que interferem na questão educacional e também funcionam como espaços públicos de incentivo a uma maior interação social e cultural, uma vez que seu intuito sempre foi o de gerar encontros casuais entre os mais variados tipos de pessoas, de diferentes idades, gênero e classe social. Como exemplo, pode-se citar o Parque Biblioteca San Javier (Figuras 17, 18, 19, 20 e 21).

Figura 17 – Parque Biblioteca San Javier: visão geral da área da biblioteca.



Fonte: autora, 2018.

Figura 18 – Parque Biblioteca San Javier: detalhe da integração com o exterior.



Fonte: autora, 2018.

Figura 19 – Parque Biblioteca San Javier: sala de informática infantil.



Fonte: autora, 2018.

Figura 20 e 21 – Parque Biblioteca San Javier: detalhe da iluminação zenital do subsolo.

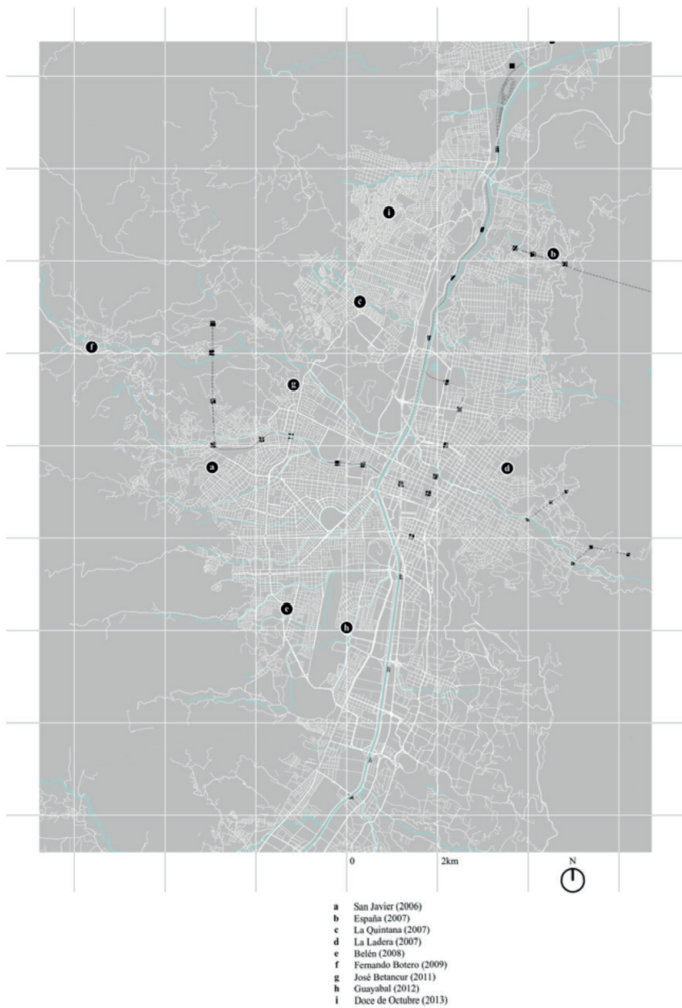


Fonte: autora, 2018.

A localização dos Parques Bibliotecas foi pensada para gerar um interesse em áreas periféricas (**Figura 22**), incentivando um fluxo inusitado de pessoas de outras regiões da cidade para aqueles pontos mais distantes, propiciando o encontro de indivíduos que dificilmente se encontrariam de outra forma.

Além disso, a arquitetura também foi um elemento importante para os novos edifícios. Todos eles foram feitos com projetos de boa qualidade arquitetônica, com destaque para as cores e/ou materiais usados com o seguinte princípio: “fazer o melhor para os pobres” (GUIMARÃES, [202-], [n.p.]). A ideia era a de ocasionar uma mudança de visão daqueles locais, escolhidos sempre por terem passado por alguma história de violência associada, para que a população pudesse reescrever uma nova história através da apropriação cidadã do espaço público.

Figura 22 – Localização dos Parques Bibliotecas em Medellín.



Fonte: Capillé, 2017.

3.3.3. Convivência e cidadania

Dando continuidade à questão da integração da comunidade, já citada no item anterior, também é preciso trazer os efeitos esperados em relação ao senso de cidadania, uma vez que educação e cidadania andam juntas. Os parques públicos também foram amplamente desenvolvidos para propiciar o encontro e a convivência, a exemplo do Parque de los Deseos (Figuras 23 e 24) e o Park Explora (Figuras 25 e 26).

Figura 23 – Parque de los Deseos: edifício da escola de música.



Fonte: autora, 2018.

Figura 24 – Parque de los Deseos: área do aparelho acústico.



Fonte: autora, 2018.

Figura 25 – Park Explora.



Fonte: autora, 2018.

Figura 26 – Park Explora: detalhes arquitetônicos.

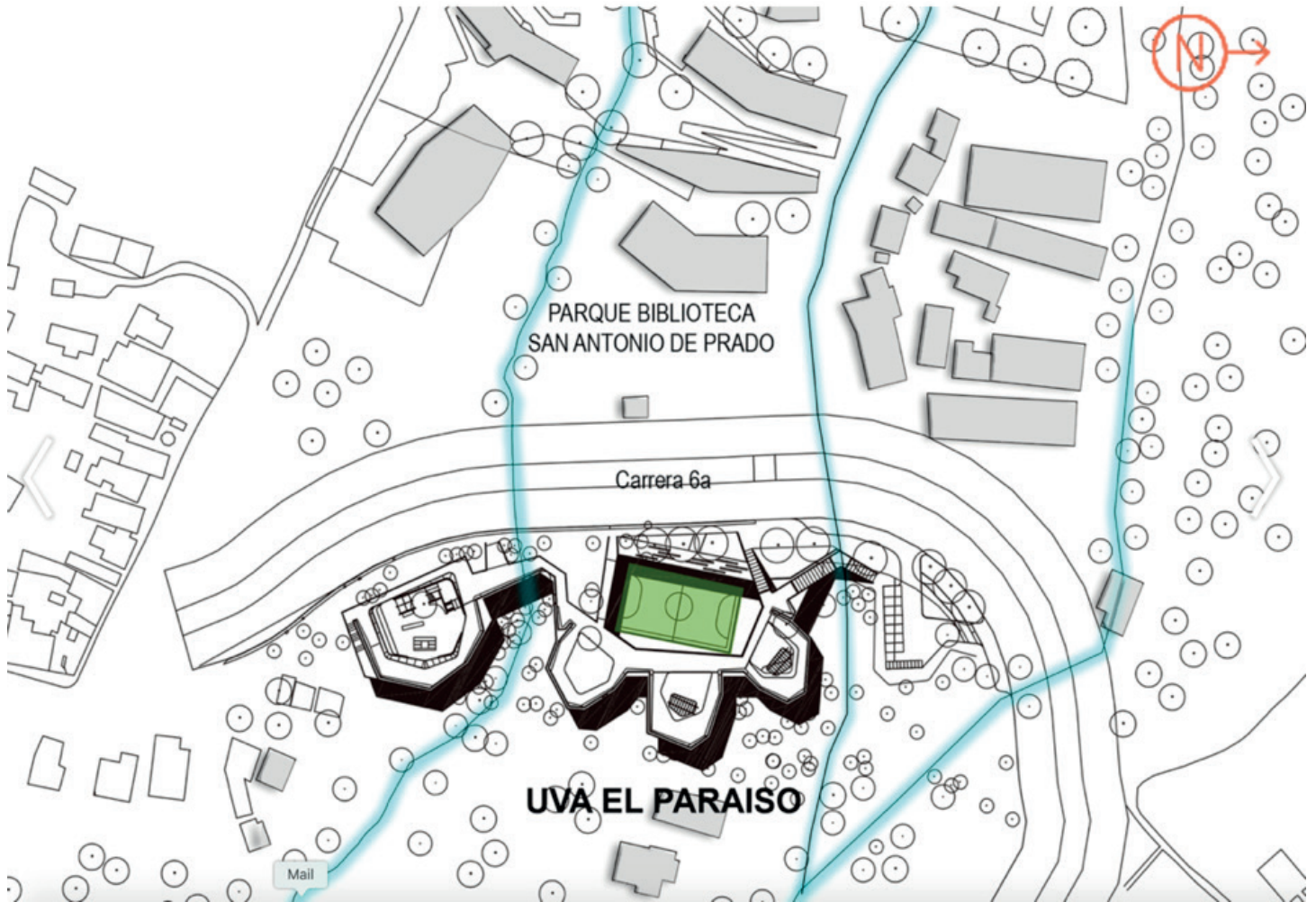


Fonte: autora, 2018.

Esses espaços servem de palco para as mais diversas atividades sociais e culturais, como festivais de música, exposições de arte, mostras culturais, além de em si mesmos representarem lugares de convivência por essência.

Se os parques públicos construídos desde o início do século XXI apresentam uma função semelhante à dos Parques Bibliotecas no que se refere à convivência, as Unidades de Vida Articulada (UVAs), representaram mais um avanço direcionado para o fortalecimento da cidadania, como o caso da UVA El Paraíso (Figuras 27, 28, 29 e 30).

Figura 27 – UVA El Paraíso: planta de implantação esquemática.



Fonte: Archdaily, 2016.

Figura 28 – UVA El Paraíso: planta baixa esquemática.



Fonte: Archdaily, 2016.

Figura 29 – UVA El Paraíso: perspectiva superior.



Fonte: Archdaily, 2016.

Figura 30 – UVA El Paraíso: detalhe da quadra poliesportiva.



Fonte: Archdaily, 2016.

No caso das UVAs, elas foram pensadas como formas de revitalização de estruturas já existentes em desuso, como as antigas caixas d'água da cidade, com a intenção de fomentar o encontro, a recreação, a cultura e o esporte, além da participação comunitária na vida social. Mais uma vez, é preciso ressaltar o fato da ressignificação de espaços públicos com a introdução de novos marcos para a cidade, com arquitetura de qualidade e infraestrutura adequada.

3.3.4. Participação cidadã

Como visto até aqui, a cidadania permeia todo o embasamento dos projetos inclusivos de Medellín. Ao se desenvolver pessoas com educação de qualidade, ao se diversificar os modos de transporte de passageiros, levando-o para lugares onde as pessoas não tinham acesso, e ao se incentivar o encontro informal, o lazer e o esporte, cria-se um ambiente propício para o desenvolvimento da cidadania. Entretanto, convém adentrarmos um pouco mais nesse tópico específico devido ao seu grau de importância no contexto como um todo.

Embora houvesse um sentimento crescente na

cidade pelo desejo de mudança desde muito tempo, foi apenas em 2003, nas eleições municipais, com a eleição de uma chapa política não tradicional – uma vez que não tinha histórico na política, nem fazia parte de nenhuma família de políticos –, que Medellín deu um passo importante no sentido de investir em cidadania. De acordo com Renner (2013), a vitória de Sérgio Fajardo foi um marco para aceder à cidade uma força

alternativa, representada pelo movimento civil Compromisso Cidadão. A autora divide essa experiência em quatro fatores decisivos para possibilitar uma transformação tão conflituosa em tão pouco tempo, a saber: as cifras, os princípios da gestão pública, a integralidade e a participação. Veremos cada uma a seguir:

- As cifras

O uso sistemático de medições precisas das condições de vida na cidade, que em Medellín se realiza através de dois instrumentos: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a Pesquisa de Qualidade de Vida (Encuesta de Calidad de Vida – EVC). Os resultados dessas medições proporcionam um mapeamento do território que permite definir quais comunidades e zonas da cidade requerem maior investimento (RENNER, 2013, p.104).

- Princípios da Gestão Pública

Segundo a autora, esse ponto trata basicamente da transparência como principal eixo da gestão, que fez com que a cidade pudesse voltar a acreditar nas suas instituições. Mas não só isso, a transparência fez com que houvesse uma triplicação do orçamento da cidade entre 2004-2011, pois houve inclusive aumento na confiabilidade e adesão internacional aos projetos propostos. O mais importante é que com todos os dados expostos de forma transparente, não apenas a gestão pública é capaz de avaliar o andamento

dos projetos, mas também qualquer cidadão.

- Integralidade

Os programas e projetos foram pensados de forma a abarcar a multidimensionalidade que envolvem as questões de desenvolvimento humano. Assim, para Renner (2013), houve uma reestruturação sócio-espacial, cultural e educacional que permitiu a formação de um novo tecido urbano.

- Participação

Por fim, a autora chama a atenção para a questão

da legitimidade das intervenções e seus respectivos equipamentos: isso só acontece a partir da participação popular efetiva e real.

Medellín teve que aprender que a demanda popular é tão ou mais importante que o saber técnico a ser empreendido. Assim:

A comunidade se transformou em ator fundamental, da orientação do desenvolvimento, envolvendo neles as fases de elaboração, implementação e socialização dos principais programas e projetos, e, além disso, participou diretamente do programa Planejamento Local e Orçamento Participativo. A participação social foi fundamental para oferecer sustentabilidade social aos equipamentos e programas. (RENNER, 2013, p. 108).

Ao fim de cada projeto, Pactos Cidadãos são assinados, representando uma forma importante de reacender a presença do Poder Público ao mesmo tempo em que reafirma os valores da cidadania.

Assim, tendo apresentado as principais intervenções urbanas e sociais ocorridas durante essas primeiras duas décadas de transformação objetivamente planejada pela cidade, cabe passar, no capítulo 4, à parte prática da nossa pesquisa, a saber: as entrevistas realizadas.

“O real não está nem na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”

– João Guimarães Rosa



Como já foi dito anteriormente na introdução, o método de abordagem utilizado nesta pesquisa foi o método hipotético dedutivo, e como método de procedimento, o estudo de caso. Trouxemos até esse ponto dados a respeito das principais transformações vividas na cidade de Medellín, com auxílio de uma vasta pesquisa bibliográfica.

Esse trabalho contou ainda com a realização de 3 entrevistas feitas de forma virtual, através da plataforma *GoogleMeets*, que tiveram durações de: 1h e 40 minutos – com Roberto Montezuma, arquiteto e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pesquisador da área de urbanismo, tendo publicado alguns títulos nesse tema, inclusive sobre Medellín, realizada em 06 de novembro de 2021; 1 hora – com Alejandro Restrepo Montoya, arquiteto e professor colombiano da Universidade Pontifícia Bolivariana (UPB) e Diretor de Projetos Urbanos Estratégicos de Medellín, entre 2016 e 2019, realizada no dia 15 de novembro de 2021; e 45 minutos – com Murilo Cavalcanti, administrador e Secretário de Segurança Cidadã do Recife-PE desde 2013 e diretor da Rede Centro Comunitário da Paz (Compaz), realizada em 16 de novembro de 2021.



4. A FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO EM MEDELLÍN

Para a seleção dos entrevistados, buscaram-se atores que tivessem algum grau de envolvimento com Medellín e que, dessa forma, pudessem contribuir para o presente estudo no sentido de tentar levantar as questões relativas aos dois principais conceitos abordados nesta pesquisa, a saber: o de Função Social do Arquiteto e o de Cidades Inclusivas, e como estes se relacionam. Dados curriculares mais específicos que justificam a escolha de cada um destes entrevistados encontram-se no APÊNDICE B.

Cada encontro virtual seguiu um roteiro prévio de entrevista semiestruturada (APÊNDICE A), com 7 perguntas chave pré-estabelecidas pela autora da pesquisa, havendo a possibilidade de aprofundamento de algumas questões ou temas que fossem surgindo ao longo de sua execução.

Além destas entrevistas, analisaremos ainda a entrevista concedida a Mengue (2019) e publicada em 18 de setembro de 2019, no veículo de comunicação O Estado de São Paulo, por Carlos Mario Rodríguez. O professor foi um dos urbanistas responsáveis pelo planejamento e gestão de vários projetos realizados em Medellín, visto que trabalhou na Empresa Municipal de

Desenvolvimento Urbano de Medellín de 2004 a 2010.

A análise que se segue é qualitativa, baseada nas entrevistas supracitadas, além de vincular esse material a toda discussão teórica, pesquisa bibliográfica e documental, e de dados obtidos sobre as transformações sofridas por Medellín levantados anteriormente.

4.1. Medellín, uma Cidade Inclusiva.

Ao final do século XIX, diante de todo fenômeno de êxodo rural e industrialização causando grandes problemas de infraestrutura urbana, tal qual discutido no capítulo 1, Medellín era uma cidade violenta e desigual. E, de acordo com a terminologia de Romero (2001), uma cidade cindida. Como visto no capítulo anterior, foi a partir dessa realidade que se iniciou um movimento que reuniu a academia, a sociedade civil, o setor privado e o governo em torno da construção de uma realidade alternativa àquela que estava posta.

Dizer que Medellín é uma Cidade Inclusiva, após discorrer sobre toda a transformação que a cidade viveu ao longo do período estudado, parece óbvio,

mas é preciso ter cuidado. Apesar de ser inegável que a cidade passou por transformações importantes, com melhorias nos índices de qualidade de vida, de violência e aumento da confiabilidade da população e do setor privado – que trouxe mais investimento para a cidade, tal qual citamos no capítulo anterior –, faz-se necessário analisar esses dados à luz do conceito de Cidades Inclusivas que adotamos no capítulo 2.

Assim, para fins didáticos, traremos novamente as 4 diretrizes que precisam estar presentes ao se pensar em classificar uma cidade como inclusiva definidas pela ONU (2016), na HABITAT III. São elas: participação e inovação social no planejamento urbano, sua implementação e avaliação; efetivação dos direitos de todos ao acesso universal a serviços básicos de qualidade; melhoria do planejamento espacial; e prestação transparente de contas com a sociedade. Vejamos uma a uma e sua aplicação na cidade de Medellín.

A primeira diretriz trata basicamente da Inclusão como participação social efetiva em todas as etapas do planejamento urbano, ou seja, desde sua concepção até a avaliação do resultado final. Nesse sentido, muito pode ser colhido no sítio

eletrônico da Prefeitura de Medellín (2021). Nele existe um espaço chamado Participação Cidadã, onde há ferramentas disponíveis para serem alimentadas pela população.

Essas ferramentas estão acessíveis à população – que tem o serviço de internet considerado como um serviço público essencial, tal como água, luz e gás, desde julho do presente ano (URUPÁ, 2021, [n.p.]) –, e cobrem as diferentes etapas, pois colhem desde sugestões até avaliações dos serviços implementados. Algumas das ferramentas são: *Seguridadenlinea*, um serviço em tempo real de informação de atos de violência e delinquência, possibilitando um pronto atendimento aos casos e gerando um mapa usado para futuras intervenções estratégicas; *MiMedellín*, plataforma de inovação que incentiva a criação de soluções em conjunto com os cidadãos no intuito de fomentar a participação e troca de ideias de forma inclusiva e transparente; e a Pesquisa de Qualidade de Vida, que tem sido feita e documentada desde 2004 de forma acessível para todos no mesmo sítio eletrônico em que é realizada.

A Pesquisa de Qualidade de Vida é uma investigação que permite monitorar as condições

socioeconômicas dos habitantes de Medellín, e permite conhecer números e indicadores de temas como: população, habitação, educação, saúde e previdência social, percepção cidadã, entre outros. A partir destes dados é possível fazer planejamentos mais assertivos em relação aos locais mais necessitados e mais propícios para serem beneficiados por um ou outro tipo de intervenção pública.

Além dessas ferramentas, é preciso destacar ainda mais duas funcionalidades existentes no sítio eletrônico da Prefeitura de Medellín: a possibilidade de enviar propostas para políticas públicas e programas diretamente e sem burocracia; e também as Pesquisas de Percepção, como o programa *Medellín Como Vamos* – aliança interinstitucional privada, tendo como objetivo a busca de promoção de um governo transparente e eficaz, com cidadãos informados, corresponsáveis e participativos, estimulando o trabalho em conjunto que visa desenvolver a gestão da qualidade de vida na cidade. O relatório final deste programa serve de base à administração municipal para comparar indicadores de gestão e o Plano de Desenvolvimento.

Do mesmo modo, para citar outro exemplo da inclusão posta em prática, em visita a Medellín em 2018, a autora pôde ver uma amostra, num dos Parques Biblioteca da cidade, da participação popular documentada em fotografias que mostravam o trabalho sendo realizado em oficinas: arquitetos e urbanistas desenhando espaços públicos de convivência juntamente com representantes da população local dentro das comunidades. Esse exemplo, em certa medida, coloca em questão a crítica lefebvriana, citada no capítulo 1, sobre a alienação dos arquitetos projetando em seus escritórios. Entretanto, em relação à alienação da população sobre o que reivindicar – que tem a ver com a tomada de consciência sobre as forças que operam nos processos de poder – seria preciso uma análise mais detalhada do que realmente acontece nesses eventos de trabalho em conjunto e em que nível de consciência cidadã encontram-se os habitantes de Medellín. Seria interessante também averiguar o quanto das demandas da população foi de fato executado.

Outro exemplo incontestado do tipo de participação popular existente na cidade foi trazido em entrevista, quando Alejandro Retrepo Montoya

citou o caso do Jardín Infantil Moravia de 2008. O seu escritório, juntamente com o arquiteto Javier Castañera Acero, foi o vencedor de um concurso internacional para o projeto que deveria ser construído no local e, já na primeira reunião de apresentação do projeto à comunidade, esta foi firme ao dizer que não era exatamente o que eles precisavam. De acordo com o que nos disse o entrevistado, houve uma conversa franca com os moradores que seriam os beneficiários do projeto, e este foi redesenhado para melhor atender aos seus interesses (informação verbal)¹⁰.

Em 2012, no projeto do *Jardín Infantil El Pinal*¹¹, em parceria com o arquiteto Javier Castañera Acero e o arquiteto Felipe Bernal Henao, o trabalho em conjunto com a população foi documentado (informação verbal)¹², como pode ser visto nas figuras 31 e 32. Segundo o entrevistado, ao chegarem ao local em que seria construído o projeto, para apresentá-lo à população, havia uma festa preparada pela comunidade para receber os arquitetos. A intenção era de possibilitar o diálogo e a troca entre as duas partes e chegar a um acordo que atendesse melhor aos anseios dos moradores (informação verbal).¹³

Figura 31 – *Jardín Infantil El Pinal*: interação entre arquitetos e população sobre o projeto.



Fonte: Arquivo pessoal Alejandro Restrepo Montoya, 2012.

Figura 31 – *Jardín Infantil El Pinal*: diálogo com a população a respeito do projeto.



Fonte: Arquivo pessoal Alejandro Restrepo Montoya, 2012.

Passemos, então, à segunda diretriz, a qual está ligada à inclusão de todos os cidadãos como beneficiários dos serviços e obras realizados. Nesse caso, há de se pensar em formas de inclusão dos grupos que sofrem mais com as

¹⁰ Informação fornecida em entrevista realizada com o arquiteto colombiano Alejandro Restrepo Montoya no dia 15 de novembro de 2021.

¹¹ De acordo com o sítio eletrônico El Tiempo, o Jardín Infantil El Pinal, localizado na Villa Hermosa, comuna 8 de Medellín, foi escolhido como um dos mais inovadores do século XXI. Esta qualificação o posiciona entre as 80 melhores escolas do continente americano e entre as 60 da América Latina.

desigualdades nos espaços públicos, como por exemplo: os pobres, as mulheres e as pessoas com deficiência.

Nesse sentido, Medellín parece ter sido eficaz. De acordo com os entrevistados, principalmente Alejandro Restrepo Montoya, houve um esforço intencional voltado para tornar a cidade mais segura para as mulheres (informação verbal)¹⁴. Os projetos de Parque Biblioteca nas periferias violentas da cidade, interligados por transporte público de qualidade, são um exemplo de atuação conjunta para inclusão das comunidades carentes no tecido urbano. Além disso, segundo Oliveira (2008) a Lei Federal Colombiana nº Lei 361, de 11 de fevereiro de 1997 garante, entre outras coisas, a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida também nas obras de uso público, não importando se de origem pública ou privada.

Para os efeitos desta lei, a acessibilidade deve ser garantida em qualquer espaço interior ou exterior, sem barreiras arquitetônicas, com segurança de uso e deslocamento facilitado para todos, e seu cumprimento deve ser regulamentado pelo Governo. Inclusive, as faculdades de arquitetura

colombianas devem incluir oficinas ou capacitações de seus futuros arquitetos e urbanistas nesse sentido.

Entretanto, chama atenção a contradição de uma das principais obras de mobilidade realizadas em Medellín, a saber: os *Metrocables*. Como já foi dito no capítulo 3, estes são uma grande obra de infraestrutura urbana que diminui a distância entre as comunas periféricas de terreno acidentado. Porém, o uso por pessoas com deficiência e idosos parece ser bastante difícil ou inviável, pois as cabines deste sistema de transporte em massa não param nas estações. A entrada e saída dos passageiros se dá com o circuito em movimento, o que dificulta bastante o acesso de pessoas com problemas de mobilidade. Isso pôde ser observado pela autora em visita a Medellín.

Na terceira diretriz, temos a melhoria do planejamento espacial da cidade, o que, em Medellín, foi levado muito a sério. Os POT trazem, gestão após gestão, as obras e o investimento público que deve ser feito para se chegar ao projeto de cidade. Todos os entrevistados foram unânimes ao afirmar que houve um planejamento global de cidade para Medellín, o qual privilegiou a

¹² Informação fornecida em entrevista realizada com o arquiteto colombiano Alejandro Restrepo Montoya no dia 15 de novembro de 2021.

¹³ Id.

¹⁴ Id.

construção de obras de arquitetura da melhor qualidade, principalmente nos lugares de maior vulnerabilidade social, com a intenção clara de modificar o lugar e a mentalidade das pessoas do entorno, provocando uma onda de orgulho, identificação e pertencimento àquela nova cidade, que atende melhor aos marginalizados e traz dignidade às comunidades mais carentes.

Nesse sentido, se olharmos o mapa dos Parques Bibliotecas (**Figura 22**) construídos em Medellín ao longo dessas duas últimas décadas, em conjunto com os mapas do *Metro* e dos *Metrocables* (**Figura 6**), para citar apenas algumas das principais obras, vemos claramente a intensão de conectar as periferias ao centro, os interligando espacialmente como uma forma de atravessar a cidade amplamente, para torná-la mais acessível a todos. Assim, a percepção de Maricato (2019), trazida no capítulo 2, de que a desigualdade nas cidades é uma construção social, indica que é Função Social do Arquiteto estar atento a esses mecanismos de segregação para melhor exercê-la.

Por fim, a última diretriz da ONU (2016), na HABITAT III, diz respeito à transparência na prestação de contas da gestão urbana aos

cidadãos. Isso também é uma forma de inclusão, uma vez que permite o acompanhamento de todos no que tange ao investimento dos recursos de impostos pagos pela população e de outros recursos públicos. Mas não é apenas isso: a transparência aumenta a confiabilidade dos habitantes nos governos e isso tem resultado direto no sentimento pessoal de identificação e pertencimento ao território, que gera uma retroalimentação de confiança importante.

Trouxemos no capítulo 3 que as obras do Metro foram bastante complicadas porque o sistema político estava falido, cheio de episódios de corrupção vindo à tona, e o investimento numa obra de grande porte, além de temporalmente muito longa, terminou por complicar ainda mais esse quadro. Então, trazer a transparência como princípio básico da administração pública foi também uma forma de combater de frente essa questão, atraindo para dentro do sistema uma população participativa e capaz de cobrar e regular o que vem sendo feito pelo governo.

Mais um exemplo de participação e inclusão ativa da população na vida da cidade foi relatado durante a entrevista com Alejandro Restrepo

Montoya. Ele citou o caso atual em que a população entrou com um pedido de afastamento do prefeito em exercício da cidade, Daniel Quintero Calle, por não estar cumprindo com o plano de governo apresentado durante a campanha política. O pedido foi feito pela população, através de abaixo-assinado. O interessante é que tal pedido tem garantia constitucional devendo seguir adiante e, entre os meses de março e abril de 2021, haverá uma votação popular para decidir se o prefeito será afastado definitivamente do cargo ou não. A população é que tem o poder de decisão, havendo necessidade de um novo pleito eleitoral em caso afirmativo (informação verbal)¹⁵. Esse tipo de participação política ativa da sociedade nos remete ao que trouxemos no capítulo 2 sobre o pensamento de Montaner e Muxí (2014), e geraria muitas mudanças no resultado do desenvolvimento das cidades latino-americanas, uma vez que a maioria delas sofre com a dificuldade de fazer com que os políticos eleitos cumpram com suas promessas de campanha eleitoral.

Tomando agora as perguntas feitas em entrevista sobre o conceito de Cidade Inclusiva é preciso esclarecer que nem todos tiveram respostas

exatamente de acordo com as 4 diretrizes trazidas pela HABITAT III, porém ficaram bastante próximos. Alguns simplificaram o conceito, não incluindo a “transparência” como um dos itens essenciais, outros trouxeram questões ambientais e de sustentabilidade para integrar o conceito. Entretanto, todos os entrevistados foram unânimes: Medellín é, para eles, uma Cidade Inclusiva, mesmo para os 2 entrevistados que ampliaram o conceito com requisitos de cuidado com o meio-ambiente (informação verbal)¹⁶.

Nossa análise, diante das entrevistas, documentos e pesquisa bibliográfica, também aponta nessa direção, ainda que com algumas ressalvas. Há um Projeto de Cidade que tem a preocupação objetiva de transformar a cidade constantemente, melhorando as condições de vida para todos e que convoca a população a participar ativamente dessa evolução.

Isso, no entanto, não significa dizer que a cidade está pronta. É preciso lembrar o que nos falou Lefebvre sobre a virtualidade do objeto urbano, difícil de apreender porque está sempre em evolução. Medellín ainda sofre com a questão da violência urbana e da desigualdade social, por

¹⁵ Id.

¹⁶ Informações obtidas nas entrevistas realizadas entre 6 e 16 de novembro de 2021 com o arquiteto colombiano Alejandro Restrepo Montoya, o arquiteto brasileiro Roberto Montezuma e com Murilo Cavalcanti, Secretário de Segurança Cidadã da cidade de Recife-PE.

exemplo. Ainda há muito a ser feito e mesmo o que já vem sendo feito é sempre passível de críticas, a exemplo desse protesto pontual (Figura 33), flagrado pela autora em visita à cidade em 2018, ao utilizar uma estação do *Metro*.

Figura 33 – Protesto sobre o não pagamento de indenização nas obras do *Metro*.



Fonte: autora, 2018.

O fato de estarmos tratando até aqui de transformações focadas em melhorar a qualidade de vida de toda população, porém voltadas para comunidades mais carentes, já que são as que mais sofrem com falta de infraestrutura e recursos, não exclui o aparecimento de algumas obras controversas ao mesmo tempo (como no exemplo anterior). Vale ressaltar ainda que a melhoria da qualidade de vida dessa população mais pobre acaba tendo um efeito positivo para a população em geral, uma vez que oferecer dignidade e cidadania é dar uma opção para retirar pessoas de uma vida voltada ao crime e às drogas, o que acaba diminuindo a violência na cidade como um todo.

Dessa forma, por exemplo, no final do século XX, Medellín chegou ao ponto de ter um toque de recolher: às 19 horas, todos deveriam estar dentro de suas casas, pois não era mais seguro andar nas ruas. E isso foi revertido, de acordo com Murilo Cavalcanti e Alejandro Restrepo Montoya, com investimento em obras que trouxeram cidadania e oportunidade para quem não tinha (informação verbal)¹⁷.

Aqui, é preciso atentar que houve também um

¹⁷ Informações obtidas nas entrevistas realizadas entre 15 e 16 de novembro de 2021 com o arquiteto colombiano Alejandro Restrepo Montoya e com Murilo Cavalcanti, Secretário de Segurança Cidadã da cidade de Recife-PE.

esforço nacional de combate à violência e que esta não foi atacada apenas com boas obras e oportunidades.

Para citar um exemplo, no ano de 2002, houve o envio de tropas do Exército Nacional para a "pacificação" da Comuna 13, na conhecida Operação Órion, numa parceria entre o então presidente da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, e o prefeito de Medellín, Luis Pérez Gutierrez. A repressão policial nessa operação foi vivida como uma guerra ao narcotráfico, e a grupos paramilitares, o que, para os governos citados, justificaria a invasão da comunidade com o uso de violência extrema. Este episódio deixou marcas profundas na população local, como pode ser visto na figura 34, mural intitulado Operación Orión, que representa uma mulher chorando sangue, de autoria do grafiteiro Chota. De acordo com dados da Prefeitura de Medellín (2021), a ação durou uma semana, prendeu 247 pessoas, 50 ficaram feridas e 18 foram mortas, dentre estas algumas crianças. Mas os dados não são consensuais, uma vez que outras fontes indicam números ainda mais preocupantes.

Figura 34 – Mural Operación Orión, grafitado pelo artista local conhecido por Chota.



Fonte: Archdaily, 2019.

Assim, uma vez estabelecida a relação entre Medellín e o conceito de Cidades Inclusivas, cabe, por fim, chegarmos à investigação a respeito da Função Social do Arquiteto, nesse contexto de transformação social sobre o qual viemos discutindo. Isto será visto no item que se segue.

4.2. A contribuição dos arquitetos

Olhar para tudo o que aconteceu na cidade de

Medellín nas duas últimas décadas é perceber rapidamente a participação do profissional de arquitetura e urbanismo a todo momento. Muitas obras arquitetônicas e urbanísticas foram realizadas e o investimento no desenvolvimento sócio-espacial do qual nos falou Souza (2002), no capítulo 1, está presente sem que se precise de análise mais profunda para perceber isso.

No entanto, a questão que se coloca é que quando abordamos o conceito de Função Social do Arquiteto estamos falando de um viés específico da profissão, em que o arquiteto deve priorizar o bem-estar social, tal qual nos definiu Artigas (2004). É sobre esse viés social da profissão que estamos mais interessados, uma vez que acreditamos ser ele um dos elementos-chave para a transformação da realidade social, necessária para construção de cidades realmente inclusivas.

É justamente nesse ponto que parece estar a interligação dos conceitos: só existiria Cidade Inclusiva se a arquitetura e o urbanismo estiverem investidos de profissionais que tenham essa preocupação social a *priori* e, inversamente, arquitetos e urbanistas imbuídos de sua função social tenderiam a construir Cidades Inclusivas,

mas apenas se encontrarem as outras condições favoráveis, que serão mais bem definidas na discussão que se segue.

A esse respeito nos falou Alejandro Restrepo Montoya em sua entrevista: ao responder quantitativamente sobre o percentual da participação dos arquitetos nas transformações sofridas em Medellín ele atribuiu um valor de no máximo 50%. Para ele, houve uma participação muito ativa de muitos arquitetos para as mudanças que foram feitas na cidade, mas a participação de uma população ativa, que foi pouco a pouco se tornando mais consciente de sua força nos processos de transformação, teria um peso igual ou até um pouco maior que a dos arquitetos (informação verbal)¹⁸. Isso porque foi essa população consciente e cidadã que passou a perceber que é ela que escolhe o governo e que pode cobrar dele o que vai ser feito dentro do que foi prometido, como já citamos o exemplo da tentativa de afastamento do prefeito atual no item passado.

Nesse sentido, é importante lembrar-se do que disse Lefebvre (2015), e que foi discutido no primeiro capítulo: para ele é essa população

¹⁸ Informações obtidas na entrevista realizada em 15 de novembro de 2021 com o arquiteto colombiano Alejandro Restrepo Montoya.

marginalizada a única capaz de realmente transformar a cidade, já que é ela que vive essa cidade no cotidiano, o qual, para Harvey (2014), deve ser menos alienante e mais divertido, criando uma possibilidade de vida urbana alternativa.

Ao ser questionado a respeito da mesma pergunta, Roberto Montezuma nos disse que somente arquitetos locais teriam como dimensionar melhor esse fato. No entanto, ao discorrer sobre o tema, ele acredita que o arquiteto e urbanista tem um papel primordial dentro desse intrincado quebra-cabeça formado não apenas pelo governo, a população civil, e o saber técnico, mas também o setor privado, as organizações não governamentais (ONGs), e as outras profissões que estudam a cidade – como a sociologia, a geografia, etc –, a saber: é o arquiteto e urbanista que tem o conhecimento técnico para unir as demandas e discussões num “Projeto de Cidade”. Para o entrevistado, a grande força viria dos movimentos sociais, mas é o arquiteto que deve ser o elo e estar à frente dessa integração entre todos esses outros saberes e atores. É ele que deve conceber um projeto de cidade unívoco, a ser planejado e executado com a participação de todos (informação verbal)¹⁹.

Em contrapartida, segundo Morais (2021), muitos em Medellín têm se questionado se de fato há um projeto integral que possa ser entendido como Urbanismo Social. Ela traz em sua reflexão a fala de Luis Fernando Escobar: “É certo que nos últimos anos a qualidade de vida de milhões de habitantes melhorou, mas o que não mudou são as causas das múltiplas formas de pobreza, crescimento das desigualdades e degradação ambiental” (ESCOBAR apud MORAIS, 2021, [n.p.]). Nesse sentido, talvez fosse importante compreender melhor os fatores geradores da pobreza e das desigualdades socioeconômicas citadas, assim como das questões ambientais. Faremos uma observação sobre isso no capítulo seguinte.

Em relação ao que nos disse Murilo Cavalcanti sobre o percentual de participação dos arquitetos e urbanistas, ele acredita que seria em torno de 90% do total. Para ele é inequívoca a importância da arquitetura e do urbanismo como instrumento nodal para as transformações sofridas em Medellín. Segundo ele, a cidade investiu bastante em construir escolas de educação básica, Parques Bibliotecas, UVAs, novas linhas de Metro, instalou *Metrocables*, trabalhou as vias da cidade para serem mais acessíveis aos pedestres e aos

¹⁹ Informações obtidas na entrevista realizada em 6 de novembro de 2021 com o arquiteto brasileiro Roberto Montezuma.

ciclistas, etc. Tudo isso com uma arquitetura de excelência, fosse nos materiais construtivos ou no apelo estético de cada obra. A união de todos esses projetos, feitos sempre com a participação popular, gerou na cidade um novo sentimento de cidadania e orgulho de pertencer ao lugar. Isso, para o entrevistado, justifica colocar o arquiteto e urbanista num altíssimo grau de importância para o que ocorreu em Medellín (informação verbal)²⁰.

Nesse sentido, Artigas (2004) nos chama atenção para o fato justamente de que a arquitetura deve ser pensada não só para a construção da casa, mas também para o que acontece para fora das soleiras das portas, sendo esse também outro

aspecto da Função Social do Arquiteto. A integração fundante desses projetos todos, aos quais Murilo Cavalcanti faz menção, é o que Roberto Montezuma citou em sua entrevista como a existência de um “Projeto de Cidade” (informação verbal)²¹, o que também está de acordo com o que havia dito Jaramillo (2014), citado no capítulo 3 deste trabalho.

Outro fator importante que foi trazido por Alejandro Restrepo Montoya, tem a ver com a participação, desde o início das transformações, da academia como local onde foram inicialmente pensadas (informação verbal)²². Corroborando com essa visão, Morais (2021) nos diz:

Para o professor Luis Fernando Escobar, as formulações da política urbana e a produção acadêmica elaborada nas últimas décadas contribuíram para desencadear a partir das administrações municipais as mudanças a partir da década de 1990. Com a perda da vida pública pela violência urbana e narcotráfico, o resgate da vida na rua e utilização do espaço público pelo cidadão foi uma temática amplamente pautada pela academia e posteriormente respaldada por instrumentos legais, vinculados também ao processo de aumento de autonomia dos municípios a partir da formulação de nova constituição em 1991 e a Lei de Reforma Urbana (MORAIS, 2021, [n.p.]).

Assim, para Alejandro Restrepo Montoya, os problemas sócio-espaciais de Medellín foram abordados de forma multidisciplinar, discutidos entre acadêmicos das diversas áreas afins, no intuito de se pensar quais as melhores soluções a

serem aplicadas. Ou seja, fica clara a intenção de mudar uma realidade existente, proporcionando uma melhoria da qualidade de vida através do planejamento urbano pensado para ser colocado em prática por um governo eleito para esse fim,

²⁰ Informações obtidas na entrevista realizada em 16 de novembro de 2021 com Murilo Cavalcanti, Secretário de Segurança Cidadã da cidade de Recife-PE.

²¹ Informações obtidas na entrevista realizada em 6 de novembro de 2021 com o arquiteto brasileiro Roberto Montezuma.

²² Informações obtidas na entrevista realizada em 15 de novembro de 2021 com o arquiteto colombiano Alejandro Restrepo Montoya.

como já foi dito no capítulo 3, a respeito da eleição de Sérgio Fajardo em 2003. Dentre os acadêmicos consultados à época estavam os arquitetos e urbanistas, estes também imbuídos do desejo de transformação social através de suas contribuições, o que reforça a ideia de estarem exercendo a sua função social.

Entretanto, cabe aqui uma ressalva. Segundo Mora (2013, [n.p.]), foi o próprio Sérgio Fajardo, ex-prefeito de Medellín que disse: “a mudança da cidade foi política, não arquitetônica”. Para ele, o saber técnico só pode se efetivar uma vez que encontre espaço ou seja requisitado pelo governo. Essa declaração merece reflexão, mas não invalida o que tem sido discutido até aqui. Sim, é preciso vontade política, mas também é preciso saber técnico. Mais que isso, é preciso saber técnico competente e capaz de pensar a cidade de forma integral, pois como já havíamos dito, a construção de obras isoladas e com outros propósitos que não a transformação social, resultaria numa cidade completamente diferente.

Voltando ao exemplo trazido no item anterior: quando um projeto de um edifício é pensado para um ponto da cidade, um concurso internacional é

realizado, e o escritório campeão vai até o local para conversar com a população e apresentar tal projeto, e consegue parar para escutar que não é daquele projeto que eles precisam, mas sim de um outro mais adequado à realidade local – como o que aconteceu no projeto do Jardín Infantil Moravia – e, mesmo tendo ganhado o concurso sofre adaptações por causa disso, podemos pensar que houve um encontro entre a participação popular de fato e a Função Social do Arquiteto.

Esse pode ser apenas um exemplo do que ocorreu em Medellín, talvez até uma exceção à regra, mas já diz alguma coisa. O fato é que nesse caso a participação popular se deu num nível projetual, onde representantes locais participaram da adaptação do projeto junto com os arquitetos, trazendo suas necessidades, fazendo sugestões e opiniões sobre o que poderia dar certo ou não para aquela comunidade específica, tal como o arquiteto cidadão, do qual nos falou Artigas (2004) sobre a sua função social.

Por fim, precisamos analisar as respostas dadas pelos entrevistados à última pergunta formulada e que tem a ver com a questão norteadora desse trabalho. Antes, cabe uma observação. Todos eles

foram sucintos na resposta a essa pergunta e avaliamos que isso se deu porque eles consideraram já ter respondido paulatinamente à pergunta ao longo da entrevista. Usaram expressões como: “é um pouco disso tudo que tenho falado até aqui” e “acho que é o resumo do que discutimos”. Assim, de forma geral todos os entrevistados citaram o fazer arquitetônico como um dos fatores importantes para as mudanças sofridas por Medellín, o que variou entre eles foi o grau de relevância, o acréscimo ou não de outros elementos, e a forma em que se dá a interação entre eles.

Para Murilo Cavalcanti, que não é arquiteto, a profissão de arquitetura parece ter uma importância maior, uma vez que ele atribui muito peso às obras de edifícios de qualidade e infraestrutura realizadas continuamente na cidade como elemento de transformação social. A Função Social do Arquiteto atuaria, então, de uma forma preponderante (informação verbal)²³. A qualidade das obras arquitetônicas voltadas para a população mais carente pode ser vista nos diversos exemplos que trouxemos neste trabalho e é reconhecida internacionalmente.

Para Alejandro Restrepo Montoya, a sociedade civil, como detentora da força capaz de falar de suas necessidades e cobrar ações governamentais exercendo sua cidadania, tem uma função tão importante quanto o arquiteto, o qual participa de toda evolução com o seu saber técnico a serviço da sociedade (informação verbal)²⁴.

E para Roberto Montezuma é urgente que haja uma ressignificação da Função Social do Arquiteto na contemporaneidade, pois é ela que pode e deve iluminar uma visão mais completa de um “Projeto de Cidade”. Este, mais do que um documento técnico, precisa ser um fenômeno que incorpore as dimensões materiais e imateriais da transformação da cidade, atuando em diferentes escalas: edifícios, ruas, quadras, bairros, município em articulação com a região e nação. Além disso, o entrevistado chama atenção ao aspecto de interdependência das ações numa visão sistêmica, unindo sociedade, economia e sustentabilidade para só assim possibilitar o enfrentamento dos desafios do planeta. A Função Social do Arquiteto precisaria coordenar ou liderar esse Projeto de Cidade Inclusiva (informação verbal)²⁵.

Encontramos ainda na entrevista de Rodriguez

²³ Informações obtidas na entrevista realizada em 16 de novembro de 2021 com Murilo Cavalcante, Secretário de Segurança Cidadã da cidade de Recife-PE.

²⁴ Informações obtidas na entrevista realizada em 15 de novembro de 2021 com o arquiteto colombiano Alejandro Restrepo Montoya.

²⁵ Informações obtidas na entrevista realizada em 6 de novembro de 2021 com o arquiteto brasileiro Roberto Montezuma.

(apud MENGUE, 2019) elementos que indicam seu pensamento a respeito da forma como se deu a

contribuição dos arquitetos na experiência de Medellín. Ele diz:

É um exercício muito importante em Medellín: de dispor de todas as ferramentas para um território de forma simultânea (chamados de Projetos Urbanos Integrals), a partir da saúde, da segurança, da educação. Não é um problema só do edifício, da rua, é necessário que arquitetura e urbanismo conversem. Isso se faz através de uma metodologia de quatro componentes: institucional, que envolve todos os elementos de governabilidade de um território; desenvolvimento de programas de fomentos, para que as pessoas tenham, de alguma maneira, capacidade de subsistir no meio de um território, com condições melhores; o terceiro é o trabalho social que se converte em exercício de corresponsabilidade; **finalmente, o desenvolvimento físico e social, com o urbanismo e a arquitetura. É um sistema muito importante, de trabalhar de maneira coletiva. Cada um tem um papel para assumir. O técnico trabalha no componente técnico, os cidadãos trabalham de sua perspectiva, cada um de um jeito.** (RODRIGUEZ apud MENGUE, 2019, [n.p.], grifo nosso).

Nesse sentido, ele parece apontar também para uma interação entre diferentes áreas que compõem a cidade e que cada uma delas precisa atuar de seu lugar, mas de forma que o trabalho final seja coletivamente representado.

Terminada a parte da análise das entrevistas em diálogo com o aporte teórico e com as pesquisas documentais e bibliográficas, passaremos agora ao que foi possível concluir a partir do que trouxemos até esse momento.

*“Numa cidade entulhada e ofendida pode, de repente,
surgir uma lasca de luz, um sopro de vento.”*

– Lina Bo Bardi



Essa pesquisa teve como principal objetivo analisar a relação entre a Função Social do Arquiteto e a construção de Cidades Inclusivas. Para isso teve como pergunta norteadora: qual a importância da Função Social do Arquiteto na construção de uma cidade para que ela possa ser considerada uma Cidade Inclusiva?

A nossa hipótese é a de que a Função Social do Arquiteto é fundamental para possibilitar a construção de Cidades Inclusivas, já que tal função capacita o arquiteto a ter um olhar mais atento às questões sociais urbanas e servir de articulador entre os diversos fatores e atores envolvidos, como: a problemática urbana, as necessidades das cidades, a vontade política, a gestão pública e a sociedade civil, entre outros.

Como objeto empírico, foi escolhida a cidade colombiana de Medellín, reconhecida internacionalmente por ter conseguido em apenas duas décadas realizar transformações profundas em sua realidade sócio-espacial. E como aporte teórico para os conceitos chave nessa discussão sobre cidades foram utilizados, entre outros: os apontamentos de Lefebvre (2015) e Harvey (2014) sobre o Direito à Cidade; a classificação da ONU



5. CONCLUSÃO

(2016) em relação ao que vem a ser uma Cidade Inclusiva; e a definição de Artigas (2004) sobre o conceito de Função Social do Arquiteto.

O método de abordagem usado nesta pesquisa foi o método hipotético dedutivo, a qual teve como método de procedimento, o estudo de caso. Como técnicas de pesquisa, foram utilizadas: a pesquisa bibliográfica (autores citados, trabalhos acadêmicos, sites informativos); e entrevistas com dois arquitetos e um administrador público, todos de referência nos principais temas abordados no presente estudo e conhecedores em graus diversos das mudanças ocorridas em na cidade em questão.

Medellín, como foi visto no capítulo 3, tem uma segregação sócio-espacial bem estabelecida e, apesar de tantos esforços de investimentos em sistemas de transportes alternativos como os Metrocables e até escadas rolantes a céu aberto, na tentativa dirimir essa segregação, o fato é que ela ainda persiste. É claro que iniciar um caminho na direção certa e de forma consistente já é um passo importante, principalmente no contexto da América Latina, tão devassada e explorada pelos métodos dos colonizadores, como já havíamos

abordado no capítulo 1.

Sem esquecer que a violência urbana e as desigualdades sociais ainda são sérios desafios enfrentados pela cidade, o que parece inconteste é que Medellín passou por mudanças estruturais importantes nas duas últimas décadas. Houve um alinhamento entre vontade política, academia, setor privado e sociedade civil que possibilitou, conjuntamente, que a cidade chegasse até onde está hoje. O papel da arquitetura nessa mudança toda parece estar entre a recuperação de espaços públicos e criação de outros, construção de obras icônicas em lugares estratégicos, integração entre esses novos espaços e infraestrutura de saúde, educação e transporte e a discussão e elaboração de um "Projeto de Cidade". Tudo isso requer um olhar específico do saber técnico arquitetônico voltado para a transformação social, aquilo que Artigas (2004) chamou de Função Social do Arquiteto.

Dessa forma, concluímos que a nossa hipótese inicial foi confirmada: a Função Social do Arquiteto é fundamental para criação de Cidades Inclusivas, mas chamando atenção para o seu papel de articulador nessa engrenagem com tantos atores,

tal como definido na própria hipótese. Precisamos destacar que **somente com a junção de todos esses fatores** já citados – vontade política, academia, sociedade civil organizada, parcerias entre os setores público e privado – além do saber técnico do arquiteto e urbanista, imbuído de sua Função Social, é que se tem uma combinação capaz de produzir cidades mais inclusivas para todos os seus habitantes.

Entretanto, cabe ressaltar que esta pesquisa tem limitações de tempo próprias das pesquisas de trabalhos acadêmicos, com datas bem definidas para início e fim, e que o tema abordado parece carecer de um pouco mais de aprofundamento para que possíveis vieses de percepção pudessem ser mais atenuados. Por exemplo, muito das perspectivas que pudemos recolher vêm do reconhecimento internacional e da visão dos próprios arquitetos que participaram ativamente das mudanças, o que não deixa de ser um fato a ser considerado ao se levantar conclusões.

Por isso mesmo, é preciso ter um olhar mais crítico e questionar se as ações em Medellín estão de fato dirigidas para os mais pobres e também o quanto dessas mudanças estão sendo voltadas ou não

para modelos de mercantilização da cidade, seja com o aumento do valor do solo urbano, seja com o ganho da cidade com o turismo de forma global. É essencial diferenciar quando uma obra está sendo feita em favor da comunidade como um todo, e quando está voltada a atrair o interesse de classes abastadas da cidade, do público externo nacional ou até internacional, pois este tipo de obra tende a aumentar os fatores de desigualdade social. Assim, cada equipamento público precisa ser uma resposta eficaz a um problema existente.

Com isso, não estamos aqui afirmando que este seja o caso de Medellín, ou que se o turismo aumentou e o solo ficou mais valioso significa que os caminhos trilhados não foram inclusivos. Afinal, melhorar as condições de vida de uma cidade sempre trará consigo estas e outras consequências que entendemos estarem ligadas ao sistema de produção capitalista. E nesse ponto, gostaríamos de fazer a observação anunciada no capítulo anterior, mas faremos em forma de questão: será que não é, exatamente por causa das limitações e da lógica perversa capitalista, que mesmo cidades como Medellín, que tem contado com uma administração forte e preocupada com a população mais carente, não consegue resolver

seus problemas de geração de desigualdade e pobreza?

As transformações vividas pela cidade, por mais amplas que possam ter sido, persistem sendo um modelo de desenvolvimento reformista e que não tem como fugir aos interesses do capital, qual seja: o máximo lucro. E a condição intrínseca a isso é a manutenção de uma classe explorada para o privilégio de poucos. De qualquer forma, esse questionamento vai permanecer em aberto como sugestão para novas pesquisas a serem desenvolvidas na área da arquitetura e do urbanismo, no que acreditamos serem seus aspectos mais importantes e essenciais: o político e o social.

Por fim, fica o reconhecimento de que foram feitos diversos avanços sócio-espaciais na cidade, que contou com a arquitetura e o urbanismo como ferramenta de transformação social, investiu na qualificação de seus profissionais das mais diversas áreas ligadas ao estudo da cidade, e soube trabalhar com a percepção de que não era mais possível permanecer no rumo em que a cidade se encontrava no final do século XIX, confluindo um número impressionante de recursos

(humanos, políticos, técnicos, cidadãos e econômicos) voltados para esse fim. No caso de Medellín, acreditamos que o mais importante é continuar caminhando e buscando sempre novas alternativas inovadoras para solução dos seus problemas urbanos.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

ARTIGAS, Vilanova. **Caminhos da arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CAPILLÉ, Cauê. **Arquitetura como dispositivo político: introdução ao projeto de Parques Biblioteca em Medellín**. Archdaily, 2017. Disponível em : <https://www.archdaily.com.br/br/884133/arquitetura-como-dispositivo-politico-introducao-ao-projeto-de-parques-biblioteca-em-medellin/5a1578e2b22e38b922000138-arquitetura-como-dispositivo-politico-introducao-ao-projeto-de-parques-biblioteca-em-medellin-foto> Acesso em: 29 out. 2021.

CAVALCANTI, Murilo (org.). **As Lições de Bogotá e Medellín: do caos à referência mundial**. Recife: INTG, 2013.

CIRINO, Adriano. **Sobre o morro, a céu aberto: história de um bairro popular e de suas escadas rolantes elétricas**. Archdaily, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/923963/sobre-o-morro-a-ceu-aberto-historia-de-um-bairro-popul>

[ar-e-de-suas-escadas-rolantes-eletricas](#). Acesso em: 03 nov. 2021.

DRUMMOND, Holli; DIZGUM, John; KEELING, David J. **Medellín: a city reborn?** In. Focus on Geography, Volume 55, Number 4. New York: Winter, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/foge.12005> . Acesso em: 01 nov. 2021.

ECHEVÉRRRI, Alejandro. **Medellin reescreve seus bairros - Urbanismo social 2004-2011**. Universidade EAFIT, Medellín, Colômbia. Revista online do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica -Puc-Rio, Rio de Janeiro Brasil, Ano III – N° III. [201-].

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO (EDU). **Centro Educativo Montecarlo Guillermo Gaviria Correa**. Archdaily, 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/792755/centro-educativo-montecarlo-guillermo-gaviria-correa-edu-empresa-de-desenvolvimento-urbano-de-medellin>. Acesso em: 03 nov. 2021.

_____. **UVA El Paraíso**. Archdaily, 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788974/uva-el-paraiso-edu-empresa-de-desarrollo-urbano-de-medellin> . Acesso em: 03 nov. 2021.

FUNDAÇÃO OPENSTREETMAP. **Medellín, Zona Urbana Medellín, Medellín, Valle de Aburrá, Antioquia, 0500, Colômbia (6.24434 -75.57355)**. Disponível em: <https://pt-br.topographic-map.com/maps/j2kz/Medell%C3%ADn/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

GOOGLE EARTH, 2021. Disponível em: <https://google-earth.gosur.com/?gclid=EAlalQobChMI3vqQ3tbW8wIVw8mUCR00KAU-EAAYASA AEglorPD BwE&ll=-23.426673085713645,-63.89099377640082&z=3.021757149232533&t=satellite> Acesso em: 19 out. 2021.

GREEN, Jared. **Medellín Is Healing Itself with Social Urbanism**. The America Society of Landscape Architecture, Washington, D.C. Disponível em: <https://dirt.asla.org/2018/11/28/medellin-is-healing-itself-with-social-urbanism/> . Acesso em: 01 nov. 2021.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

HARVEY, David. **The city as a body politic**. In: **Wounded Cities**. Oxford: Berg, 2003

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GUIMARÃES, Germano. **Como políticas públicas e projetos de inovação transformaram Medellín em referência mundial em urbanismo social**. Instituto Tellos,[202-]. Disponível em: <https://tellus.org.br/conteudos/artigos/medellin-urbanismo-social/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

JARAMILLO, Jorge Pérez. **Metamorfosis de Medellín: vida y ciudad**. In **Medellín vida y ciudad**. Hong Kong: IF Cultura S.A de C.V, Mesa Editores, Editorial RM S.A de C.V RM Verlag S.L, 2014. Pg 7-13.

JÁUREGUI, Jorge Mario. **Urbanismo Social**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Revista Desafios do Desenvolvimento.

2010. Ano 7. Edição 63 - 19/11/2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** [1967] São Paulo: Centauro editora, 2015.

MARICATO, Ermínia. **Entrevista com Ermínia Maricato – A Função Social da Arquitetura.** Revista Vitruvius, 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/7351?page=2> . Acesso em: 06 nov. 2020.

MAZO, Liliana María Sánchez. **Disputas contemporâneas na produção de cidade popular: o caso de Medellín/Colômbia.** São Paulo, [201-]. Disponível em: <http://www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/07/8.Disputas-contemporaneas-na-constru%C3%A7%C3%A3o-de-cidade-popular.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2022.

MELO, Marina Felizardo Laurênio de. **Urbanismo social como ferramenta para o desenvolvimento sócio-espacial.** Monografia de graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo. Faculdade Damas de Instrução Cristã. Recife, 2019

MENGUE, Priscila. **Urbanismo precisa ouvir as pessoas, diz professor colombiano.** O Estado de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,urbanismo-precisa-ouvir-pessoas-diz-professor-colombiano,70003014699>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos.** São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MORA, Pola. **Boa arquitetura é suficiente para construir cidades melhores? O caso de Medellín.** Archdaily, 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-158914/boa-arquitetura-e-suficiente-para-construir-cidades-melhores-o-caso-de-medellin>. Acesso em: 19 dez. 2021.

MORAIS, Jamille. **Transporte público em Medellín.** Brasileiras pelo mundo, 2019. Disponível em: <https://www.brasileiraspelomundo.com/transporte-publico-em-medellin-3501115249>. Acesso em: 03 nov. 2021.

MORAIS, Mariana. **Como Medellín entende o que é urbanismo social?** Archdaily, 2021. Disponível em:

https://www.archdaily.com.br/br/958026/como-medellin-entende-o-que-e-urbanismo-social?ad_source=search&ad_medium=projects_tab&ad_source=search&ad_medium=search_result_all. Acesso em: 20 dez. 2021.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, Antônia Maria de Fátima. **Acessibilidade – comparação das leis dos países do Mercosul**. Biblioteca digital da Câmara dos Deputados, Distrito Federal, 2008. Disponível em: file:///Users/luizacosta/Downloads/acessibilidade_e_mercosul_oiliveira.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

OLIVEIRA, Liana Paula Perez. **A função social do arquiteto e urbanista diante da construção dos espaços públicos na cidade de São Paulo**. 2019. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-03102019-151604/pt-br.php>. Acesso em: 22 nov. 2020

ONU (2016). **Nova Agenda Urbana**. Disponível em: <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

_____. (2018). **Prospecção da População Mundial em 2018**. Disponível em: <https://population.un.org/wup/>. Acesso em: 15 ago. de 2021.

PREFEITURA DE MEDELLÍN. **Con el inicio de la operación comercial del metrocable Picacho, Medellín avanza como Ecociudad**. Medellín, 2021. Disponível em: <https://www.medellin.gov.co/irj/portal/medellin?NavigationTarget=contenido/10189-Con-el-inicio-de-la-operacion-comercial-del-metrocable-Picacho-Medellin-avanza-como-Ecociudad>. Acesso em: 03 nov. 2021.

_____. **Dados gerais da cidade. Medellín, 2021**. Disponível em: <https://www.medellin.gov.co/irj/portal/medellin?NavigationTarget=navurl:///6488ef50a6787e1fdb4e42e62a46a67>. Acesso em: 25 out. 2021

_____. **Guias e Mapas**.

Medellín, 2021. Disponível em: <https://www.medellin.gov.co/irj/portal/medellin?NavigationTarget=navurl://6488ef50a6787e1fdb4e42e62a46a67>. Acesso em: 03 nov. 2021

RENNER, Nathalie Alvarado. **Medellín, experiência de transformação urbana e cidadã.** In: As lições de Bogotá e Medellín: do caos à referência mundial. Murilo Cavalcanti, organizador. Recife: INTG, 2013.

ROMERO, José Luís. **Latinoamérica las ciudades y las ideas.** [1976] Buenos Aires: Siglo xxi, 2001.

SAMPATH, Padmashree Gehl. **Cidades Inclusivas: uma perspectiva asiática, 2010.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1080:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 29 set. 2020.

SCHENK, Luciana. (2019). **Seminário debate a função social de arquitetos e urbanistas.** Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/seminario-debate-a-funcao-social-de-arquitetos-e-urbanistas/> Acesso em: 13 nov. 2020

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SUDJIC, Deyan. **A linguagem das cidades.** São Paulo: Gustavo Gili, 2019.

TOPALOV, Christian. **Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e as populações das metrópoles em princípios do século XX** in: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. Cidade, Povo e Nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 23-51.

URUPÁ, Marcos. **Governo da Colômbia sanciona lei que declara Internet como serviço público e essencial.** Teletime, 2021. Disponível em: <https://teletime.com.br/05/08/2021/governo-da-colombia-sanciona-lei-que-declara-internet-como-servico-publico/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MENGUE, Priscila. Urbanismo precisa ouvir as pessoas, diz professor colombiano. Estadão: São Paulo, 2019. Disponível em: <https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/urbanismo-precisa-ouvir-as-pessoas-diz-professor-colombiano/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

APÊNDICES



APÊNDICE A



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Cidade:

Data:

Formação profissional:

Área de atuação:

Relação com Medellín:

Número de anos que convive/observa as transformações na cidade:

1. Como o arquiteto/urbanista pode contribuir na construção de cidades mais inclusivas para a totalidade de seus cidadãos?
2. Para você, o que seria a Função Social do Arquiteto?
3. Numa escala de 0 a 10, como você avaliaria a importância da Função Social do Arquiteto para efetivação das mudanças sofridas em Medellín? Pode citar alguns exemplos?
4. Em Medellín, como se deu o processo de participação popular nas decisões de gestão e planejamento participativos? As demandas populares foram atendidas?
5. Em sua opinião, o que seria uma Cidade Inclusiva?
6. Nesse caso, você considera Medellín uma Cidade Inclusiva? Em que área ela poderia progredir visando incluir todos?
7. Para você, qual a importância da Função Social do Arquiteto para as transformações vividas em Medellín? Por favor, discorra a esse respeito.

APÊNDICE B



LISTA DOS ENTREVISTADOS:

- **Alejandro Restrepo Montoya**²⁶

Doutor em engenharia e arquitetura pela Universidade Técnica de Munique, Alemanha, 2018. Arquiteto graduado pela UPB, Medellín, 1995. Especialista em gestão empresarial para arquitetura, pela UPB, 2001. Professor titular da UPB. Professor convidado da Universidade Técnica de Munique, da Universidade Técnica de Nuremberg, da Universidade Técnica de Berlim, AEDES Berlim e da Universidade de Passau, na Alemanha. E professor convidado do Instituto Politécnico Federal (ETH), Zurique, Suíça. Professor convidado da Universidade de Siracusa, EUA. O entrevistado é natural de Medellín e foi Diretor de Projetos Urbanos Estratégicos de Medellín, entre 2016 e 2019. Diretor do Programa de Transformação Urbana Suíça-Colômbia / ETH Zürich - UPB Medellín na Colômbia desde 2018. Vencedor duas vezes da Menção Honrosa na Bienal Nacional de Arquitetura da Colômbia, Sociedade Colombiana de Arquitetos. Vencedor do Prêmio Excelência Profissional, concedido pela organização Corona, Colômbia. Arquiteto e urbanista com vinte e cinco anos de experiência em projetos urbanos e arquitetônicos. Membro da Mesa de Trabalho Para onde estamos indo em Habitação e Habitat?; Supervisão do Plano de Desenvolvimento de Medellín.

- **Murilo Cavalcanti**²⁷

Formado em administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Assim, é Secretário de Segurança Cidadã da Prefeitura de Recife desde 2013. Ele entrou em contato com Medellín em 2006 e já visitou a cidade 35 vezes desde então. Além disso, é diretor e idealizador do Compaz, equipamento público concebido com foco na prevenção à violência que conta hoje com 3 unidades na cidade de Recife, e que foi inspirado nos Parque Bibliotecas das cidades colombianas de Medellín e Bogotá. O entrevistado é coautor e organizador do livro *As Lições de Bogotá e Medellín: do caos à referência mundial*, de 2013.

- **Roberto Montezuma Carneiro da Cunha**²⁸

Arquiteto e Urbanista pela UFPE, Especialista Social Housing pela Architectural Association, School of Architecture - AA, ING e doutorando pela Universidade de Lisboa. É professor do Departamento de

²⁶ Informações retiradas do LinkedIn em conjunto com a entrevista.

²⁷ Informações colhidas durante a entrevista.

²⁸ Informações obtidas na entrevista realizada em 15 de novembro de 2021 com o arquiteto colombiano Alejandro Restrepo Montoya.

Arquitetura e Urbanismo da UFPE desde 1990, com áreas de interesse em arquitetura, urbanismo e paisagem integrados na construção de um Projeto de Cidade. Além de atuar como Coordenador geral e pesquisador sênior do INCITI/UFPE - Pesquisa e Inovação para Cidade com projetos importantes para a cidade de Recife, como o Parque Capibaribe. Além disso, é um ator político engajado na profissão, tendo representado o Brasil em diversos fóruns e congressos internacionais de grande notoriedade, como a Conferência da ONU/HABITAT III, em Quito, 2016. O entrevistado é ainda autor de alguns livros, dentre eles *As Lições de Bogotá e Medellín: do caos à referência mundial*, de 2013. Seu primeiro contato com Medellín ocorreu em 2012, durante a visita técnica para escrita do livro, e depois seguiu ainda voltando algumas outras vezes à cidade.